

SESSÕES DO PLENÁRIO

115ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de novembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO RIBEIRO (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 31/10 e 01/11 de 2016.

Do Deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a problemas de

saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 01 a 04/08/2016, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Há sobre a mesa um requerimento: (Lê) *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.926/2016, Projeto de Lei nº 22.015/2016 e o Projeto de Lei nº 22.011/2016.”*

Submeto ao Plenário as seguintes atas das sessões ordinárias: 109ª, 110ª, 111ª e 112ª, ocorridas, respectivamente, em 08, 09, 16 e 17 de novembro de 2016, e as especiais 52ª e 53ª, ocorridas, respectivamente, em 27 de outubro e 07 de novembro de 2016.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos)**

Com a palavra a nobre deputada Neusa Cadore pelo tempo de 5 minutos.

A Srª NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, visitantes que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson, (Lê) “como foi amplamente divulgado na imprensa, na noite dessa terça-feira, um incêndio de grandes proporções destruiu o Mercado de Artes do município de Ipirá, na Bacia do Jacuípe, a 200 km aqui da capital.

Ipirá é uma das cidades mais antigas do nosso Estado, fortemente conhecida pela atividade coureira, que emprega mais de 3 mil pessoas em mais de 150 unidades familiares de produção de couro distribuídas pela cidade.

O antigo Mercado Municipal de Ipirá, patrimônio histórico da cidade, era uma edificação de importante valor simbólico e afetivo para toda a comunidade. Uma construção de mais de meio século, que já foi um dos maiores entrepostos comerciais da região da Bacia do Jacuípe e atraía feirantes e comerciantes dos vários municípios do seu entorno, sempre às quartas-feiras.

Desde 2009, após uma ampla reforma, esse equipamento foi denominado Mercado de Artes e Artesanato João de Souza Góis e passou a sediar atividades culturais, abrigou diversos empreendimentos, como lojas de artesanato, bares e restaurantes, que geravam renda para diversas famílias nesse espaço. Ali também era um espaço importante de lazer, de encontro da comunidade.

O incêndio de ontem destruiu o edifício e entristeceu certamente a comunidade local e representa uma grande perda, sob o ponto de vista social e econômico da cidade.” Diante disso, quero aqui manifestar a nossa solidariedade e o nosso compromisso em buscar o apoio junto ao governo do Estado, dos nossos

parlamentares federais, também, para que, através de emendas, possamos garantir a reforma desse espaço e devolver à população de Ipirá esse importante equipamento.

Além da reforma do espaço, nós também vamos indicar ao governador Rui Costa a implantação de uma unidade do Corpo de Bombeiros naquele município, para que esse equipamento também possa estar à disposição de todos os municípios da bacia do Jacuípe, evitando, então, que a ocorrência de sinistros traga tão grande prejuízo para a comunidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, quero registrar que demos entrada nesta Casa, no dia 17 – inclusive hoje está nas páginas do Diário Oficial –, em um projeto de lei que isenta de cobrança junto ao Departamento Estadual de Trânsito, em caso de renovação, adição, alteração de dados e mudança de categorias na Carteira Nacional de Habilitação, os agentes de trânsito e transporte, agentes de fiscalização de transporte, demais agentes de fiscalização da mobilização urbana do trânsito e transportes do Estado da Bahia.

Acho que é interessante o projeto. Foi uma solicitação deles, que estiveram presentes no meu gabinete, mostrando a importância dessa isenção para ajudá-los, inclusive, porque é uma categoria ainda com muitas dificuldades, e essa isenção os ajudaria a se qualificarem de outras maneiras, de outras formas, o que acho procedente. Queria pedir aos meus pares o apoio e voltar a apelar ao nosso presidente, para que retome aquela decisão de todas as quartas-feiras se votar projetos de deputados.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, faço questão de ler aqui uma nota da nossa bancada, a bancada estadual do PT, sobre o escândalo envolvendo o secretário de governo do presidente golpista, o Michel Temer, porque a imprensa está fazendo uma blindagem para que isso não aconteça, distorcendo, inclusive, a realidade dos fatos. E eu faço questão de ler aqui a nossa nota e pedir que seja registrada nos anais desta Casa.

(Lê) *“Na última sexta-feira, dia 18, o Marcelo Calero, então Ministro da Cultura do governo golpista, pediu demissão. Os jornais, como é de praxe na imprensa brasileira, tentaram encobrir os reais motivos da demissão e fizeram manchetes de capa acusando o ministro de ter caído em função de sua posição acerca das vaquejadas...”*. Esse é um outro debate que nós precisamos travar, e que ainda não tive a oportunidade de, desta tribuna, registrar a minha opinião.

(O Sr. Adolfo Viana se manifesta fora do microfone.)

A Srª LUIZA MAIA:- Não, não registrei não. Eu discordo da crueldade, da maldade com que se fazem as vaquejadas. Depois, em outro momento, vamos fazer essa discussão.

(Lê) “(...) O Calero percebeu que estava sendo fritado pelo núcleo do governo e resolveu contar os reais motivos de sua demissão ou pelo menos os principais. Em entrevista, Marcelo Calero acusou o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, de ter cometido o crime de advogar em causa própria em instituição pública, tipificado no Código Penal como advocacia administrativa, art. 321. Calero descreveu as pressões que sofreu de Geddel, para que o Iphan homologasse a decisão da Superintendência do Iphan na Bahia acerca de um empreendimento – o edifício Residencial La Vue – localizado na Ladeira da Barra, onde Geddel possui um imóvel avaliado em R\$ 2,5 milhões.

Tanto a Prefeitura de Salvador quanto o Iphan na Bahia liberaram a construção de 30 andares do prédio, localizado em região tombada como patrimônio cultural da Bahia. Em fevereiro de 2016, o Iphan nacional revogou o parecer técnico e restringiu a construção a 13 andares. Segundo Calero, assim que ele assumiu o ministério, Geddel iniciou as pressões para que ele interviesse no Iphan para liberar a construção dos 30 andares.

A repercussão do caso foi grande, apesar da blindagem da mídia. Após as denúncias de Calero, poucos jornalistas resolveram investigar a fundo os interesses de Geddel e suas relações com a Cosbat, construtora do prédio. Após apurações, descobriu-se que Geddel é sócio de um escritório de advocacia que possui, entre os seus clientes, a construtora do imóvel. Também foi descoberto que a empreiteira foi doadora da campanha de Paulo Souto nas eleições de 2014, quando Geddel foi seu colega de chapa.

Mesmo após ter ciência de todos estes fatos, o Palácio do Planalto não demitiu o Ministro e foi solidário com o mesmo. Temer conta com a complacência da imprensa para ignorar atos ilícitos. Vale ressaltar que, para os integrantes do governo, ministro Geddel cometeu um crime que não justifica sua saída. Ou seja, Temer está prevaricando. O próprio Geddel ressaltou que não sairia do governo por um ato que ele considera sem importância.

Sugerimos que a bancada de Deputados Estaduais do PT se reúna com o vereador Gilmar Santiago, ... ” que tem bastante informação sobre esse caso para que, realmente, deixemos claro e evidente o que está acontecendo até hoje no governo do golpista Temer.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Questão de ordem, nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria que a nobre deputada Luiza Maia disponibilizasse o texto que acabou de ler, porque S.Ex^a ligou uma verdadeira metralhadora giratória e ninguém conseguiu entender absolutamente nada do que falou. Gostaria que pudesse disponibilizar o texto para que possamos ler com calma as acusações que fez sobre todos os membros da Oposição, falou de Geddel, falou de Paulo Souto, mas ninguém conseguiu compreender qual mensagem quis passar. Até

de vaquejada falou, inclusive dizendo que é contra a vaquejada, mas, em 2014, votou favoravelmente ao projeto de lei que transformou a vaquejada em patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Questão de ordem, nobre deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, todo orador, ao subir à tribuna, tem suas palavras registradas nas notas taquigráficas. Então, sugiro que o nobre deputado Adolfo Viana solicite as notas, não ficando clara a exposição da autora, aí, sim, pode solicitar. Regimentalmente, não há nenhum procedimento dizendo que o orador é obrigado a entregar o seu texto. O que o orador faz é, através do seu discurso, assentar o seu pensamento nas notas. Então, não há questão regimental que proceda. Naturalmente, acho que V.Ex^a vai indeferir a solicitação do nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Imagino, Sr. Presidente, que S.Ex^a quis transmitir uma mensagem para todos os deputados. E acredito que dificilmente as notas taquigráficas tenham compreendido o que quis dizer, porque não consegui e os demais aqui também não. Apenas que S.Ex^a faça a gentileza para que possamos tomar conhecimento de qual foi o objetivo do seu pronunciamento.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Antes de conceder a palavra a V.Ex^a, queria dizer que, se as notas taquigráficas não conseguirem, efetivamente, captar a mensagem e a leitura que S.Ex^a fez, certamente que a Mesa Diretora irá solicitar o texto.

Questão de ordem, deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Sr. Presidente, o deputado Adolfo Viana sabe que o que está pedindo não é isso. Ele sabe que as nossas taquígrafas são competentes, todo texto que precisamos são fornecidos por elas de forma muito clara. O deputado pediu a palavra para tentar desqualificar o que eu li na tribuna. Não tenho nenhum problema, é uma nota técnica da liderança da nossa bancada. Fiz questão de ler, porque sabemos as dificuldades que temos em fazer a disputa na mídia, porque distorcem. S.Ex^a se incomodou com o que está acontecendo em relação a Geddel e está fazendo essa confusão. Está ali na mão deles, não tem nenhum problema. Apesar de concordar com o que o nobre deputado Zé Raimundo disse aqui, mas está disponibilizado. O problema dele não é esse, o problema dele é outro.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, estamos vivendo um momento, uma conjuntura na qual vários elementos, vários componentes se combinam, se articulam e que, sem dúvida alguma, começam a produzir, a gerar uma situação de extrema gravidade em nosso País. Tivemos, como foi colocado aqui por vários oradores em vários momentos, uma tentativa da elite brasileira de resolver o problema da crise econômica através da política. E

promoveram um verdadeiro golpe do ponto de vista jurídico e constitucional, depondo a presidente legitimamente eleita na tentativa de resolver a questão econômica e política através de um golpe branco, e já se vai aí um período e a crise econômica se mantém, aliás, se agrava em função da conjuntura internacional. Ao mesmo tempo, as elites não conseguiram estabilizar no plano da política o seu projeto e crescentemente aparecem elementos de desagregação, como foi esse caso agora apontado pela imprensa em relação ao ministro Geddel.

Evidente que, ao lado desse fato, tivemos há poucos dias as prisões de dois ex-governadores vinculados, um deles, ao partido do presidente Temer. Anteriormente, tivemos a prisão de Eduardo Cunha que até então tinha sido presidente da Câmara de Deputados, ou seja, uma série de elementos que vão sinalizando para o aprofundamento da crise política. Nesse momento vota-se no Congresso Nacional uma reforma na qual a burocracia jurídica, percebendo a fragilidade do mundo da política, quer incluir elementos que, na verdade, fragilizam ainda mais a estrutura jurídica e política brasileira.

É nesse contexto, Sr. Presidente, agora a presidência dirigida pelo nobre deputado Marcelo Nilo, anteriormente pelo nobre deputado Luciano Ribeiro, que o mundo da política precisa estar atento. Não haverá saída para esse País, seja no plano econômico e das instituições, se não houver um grande pacto para uma reforma que efetivamente sinalize para o fortalecimento dos partidos, e aí temos que admitir a necessidade de se diminuir o número de partidos. É necessário que nessa reforma se inclua a participação popular e a participação social nos destinos dos partidos, essa questão do financiamento mais uma vez ficou provado que é necessário também um modelo de financiamento em que se inclua e se combine a sociedade financiando, mas também é um fundo partidário que garanta a lisura, a transparência, e sobretudo as representações da sociedade, os movimentos sociais, as etnias, os diversos segmentos da sociedade para que eles possam estar representados no processo eleitoral.

E, finalmente, é necessária que essa reforma política garanta uma independência cada vez mais do Estado em relação aos partidos. No fundo no fundo esse fenômeno que estamos discutindo na tentativa do ministro Geddel Vieira Lima de influenciar uma decisão na burocracia, não é nada mais nada menos do que a relação entre o público e o privado que fazem parte da nossa história.

Por isso é fundamental que o mundo da política, que os partidos, que as lideranças ao examinarem cada crise e cada fato em si, tenham em mente a necessidade de formarmos uma grande corrente para que a reforma política venha a consagrar os princípios constitucionais e legais, porque a meu ver foi um absurdo a prisão do ex-governador Garotinho, o qual, a partir do eleitoral, foi criminalizado. Parece-me que é um fato único na história recente do Brasil e merece o maior cuidado de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos. Antes, eu gostaria de anunciar a visita dos estudantes da Escola Municipal Luiz Anselmo, que se encontram aqui nas Galerias Paulo Jackson. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estudantes aqui presentes, sejam bem-vindos às Galerias.

Eu subo a esta tribuna com o objetivo de pedir a atenção dos pares e Líderes da Oposição e do Governo nesta Casa. Em tempos de crise, nós precisamos criar mecanismos para enfrentarmos a que acontece atualmente. Trago para a apreciação desta Assembleia um projeto de lei da minha autoria, o de nº 21.903, que dispõe sobre a utilização de passagens e prêmios de milhagens aéreas advindos de recursos públicos do Estado da Bahia. O que significa isso, Srs. Deputados?

Toda passagem aérea comprada pelo governo estadual, pelo Poder Legislativo e pelas empresas estaduais geram milhas para pessoas físicas. A minha proposta vem justamente no sentido de podermos garantir que essas milhas sejam encaminhadas a um fundo administrado pela Secretaria do Esporte para que o nosso Estado possa fomentar o esporte amador, oferecendo passagens aos atletas daqui da Bahia para que viajem a outros estados e até outros países. Ora, se os recursos que compram essas passagens são do governo baiano, nada mais justo que as milhas geradas por eles sejam devolvidas justamente ao governo, e não às pessoas físicas que as utilizam.

Se aprovarmos esse projeto, estaremos garantindo que o esporte amador estadual da Bahia e as diferentes Federações de Esportes no nosso Estado possam ter a condição de favorecer esses atletas, que já passam por todo tipo de dificuldade. Então, Sr^{as} e Srs. Deputados, peço a V.Ex^{as} que me ajudem a conseguir hoje uma dispensa de formalidades, tanto do Líder do Governo, pois me refiro diretamente aos deputados governistas, quanto do nosso Líder, o deputado Sandro Régis, que, tenho certeza, irá de pronto assiná-la.

Portanto, Srs. Deputados, irei disponibilizar uma cópia do projeto para todos aqueles que queiram, antes de dar o.k., até fazer uma sugestão que possa de alguma maneira fazê-lo evoluir. É importante que se diga que não é justo que milhas sejam geradas para indivíduos, uma vez que todas essas passagens são custeadas pelo governo do Estado.

Então é mais do que justo, deputado Pedro Tavares, que todas as passagens aéreas bancadas por ele gerando hoje milhas para os cidadãos passem, através desse PL, a gerá-las para um Fundo que será administrado pela Secretaria do Esporte. Tenho certeza de que a Setre poderá fazer um bom uso dessa quantidade expressiva de passagens. E que uso é esse? Justamente disponibilizando-as para que os atletas do Estado da Bahia possam ir disputar competições tanto em outros estados como em outros países. Espero que todos concordem, e que essa proposta seja aprovada o mais rápido possível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa) Por permuta, com a palavra o deputado Hildécio Meireles.(Pausa) Deputado Targino, não há nenhum orador inscrito. Se V.Exª não puder falar agora, vou dispensar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

O deputado Hildécio chegou. Então, tudo bem.

Com a palavra V.Exª por 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Funcionários e Funcionárias desta Casa, senhores visitantes das Galerias, a deputada Luiza Maia não se encontra no Plenário. Mas, se bem ouvi o pronunciamento que fez, parece que ela invoca a ação de um vereador da capital para, junto com a Bancada da base aliada do Governo nesta Assembleia, se aprofundar nas investigações de um fato que envolve o ministro Geddel Vieira Lima. Eu queria fazer aqui um desafio à deputada Luiza Maia: o de que não só a Bancada do Governo, mas também a da Oposição, se aprofundasse igualmente para investigar tudo aquilo que envolve o governo do PT.

E começo, deputado Pedro Tavares, desafiando que a gente abra a caixa-preta da contabilidade do Orçamento, das finanças do governo do Estado. Basta que a gente se aprofunde na rubrica orçamentária que diz respeito às despesas de exercícios anteriores. É aí que mora o segredo, a caixa-preta desse governo, que no meu entender são despesas que foram promovidas ainda pelo então governador Jaques Wagner, o qual, aliás, ontem ou anteontem tomou posse como coordenador executivo, símbolo DAS-2B, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia, o Codes, do gabinete do atual governador.

Nomear auxiliares, secretários e coordenadores de Conselho é uma prerrogativa do governador. Aqui nós não vamos discutir. O que temos de discutir é a legalidade do ato. Primeiro, nesse símbolo é necessário tornar claro se é permitido nomeação de alguém que não possui nível superior completo para assumir este cargo de nível DAS-2B. Mas o cargo, de toda sorte, meu caro deputado Adolfo Viana, é eminentemente político. E é o que mais o ex-governador Jaques Wagner sabe fazer: política. Aliás, ainda mais, também criar expectativas ilusionistas para toda a população da Bahia.

Vejam que o primeiro ato do coordenador executivo desse Conselho, o ex-governador Jaques Wagner, foi se reunir com o secretário João Leão, vice-governador do Estado, para ali discutir estratégias de desenvolvimento para o interior baiano.

Vejam só: o jornalista Levi Vasconcelos, em sua Coluna Tempo Presente, fala que nesse encontro do ex-governador Jaques Wagner, já como coordenador do Codes, com o também secretário do Planejamento, o vice-governador João Leão, ele fez algumas descobertas como se estivesse descobrindo a costa baiana. Por exemplo, que a Região Metropolitana de Salvador não precisa de grandes investimentos deste governo, já que ela possui 77,86% do PIB baiano e, portanto, também da arrecadação estadual.

Mas ele descobre ainda mais, meu caro deputado Pedro Tavares, V.Exª que tem lá Ilhéus como base. Descobre que no Sul baiano, nos bons tempos do cacau, aquela

região representava 60% da receita estadual e hoje somente representa 1,8%. Já a região do São Francisco, ele quer incentivar com a instalação de usinas de açúcar. E a do Baixo de Irecê, com beneficiamento da produção que vem da irrigação.

Agora vejam, Srs. Deputados, o que é que o coordenador do Codes está planejando para a região do Baixo Sul. É que ela será impactada... Olhem só que prática de ilusionismo que não tem tamanho! Será beneficiada pelos impactos da construção da Ponte Salvador/Itaparica. Esta ponte, esta “agulha” já furou 3 discos em 3 eleições! Estão querendo, já que está se aproximando, ou quase, uma nova eleição estadual, já começam a falar de novo na construção desta Ponte Salvador/Itaparica.

Esse é um verdadeiro exercício de ilusionismo! Não é isso que a população baiana precisa! Ela já não suporta mais ser enganada! Portanto, quero chamar atenção aqui dos parlamentares desta Casa para que nós fiquemos atentos à prática de ilusionismo no governo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra ao próximo orador, o deputado Paulo Rangel, quero dirigir-me ao deputado Luciano Ribeiro, que está aqui presente.

Deputado Luciano, V.Ex^a encaminhou um ofício, um requerimento, o de nº 8.758/2016, solicitando várias informações com relação a admitir o regime de urgência. Eu o encaminhei à Procuradoria Jurídica da Casa e também à Secretaria da Mesa aqui. E concordei com o parecer do procurador, o Dr. Graciliano. Ele diz basicamente...

Como o parecer é longo, vou encaminhar-lhe, deputado, e, se tiver alguma dúvida, envie para nós. Certo? Mas, basicamente, um projeto que seja retirado não conta na mesma Legislatura. Óbvio que de uma Legislatura para outra zera. Na mesma Sessão Legislativa. Desculpe. Zera.

Então, vou mandar para V.Ex^a. Analise. É o parecer jurídico da Assembleia. E eu, como presidente, com ele concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo a esta tribuna não para polemizar, mas sim debater um assunto que tem alimentado a mídia neste momento. Confesso que não é do meu feitio vir aqui fazer críticas, principalmente no que se refere à crítica comportamental. Mas me obrigo a fazê-lo, Sr. Presidente, porque não consigo entender que em todos os momentos tentem justificar atitudes equivocadas à ética a partir de referências passadas que, corretamente ou não, de certa forma se sujeitaram a um tipo de correção injusta, que culminou num golpe jurídico-parlamentar em nosso País.

Vemos agora, Sr. Presidente, que não existe nenhum tipo de correção em relação à postura, principalmente, de autoridades ministeriais. Mas começamos a

perceber deslizes de pessoas que não se envergonham de admiti-los publicamente. Isso deixa bastante clara a falta de seriedade e duma reflexão séria e incisiva por parte do governo Temer, não apurando o que precisava apurar, sem tomar uma medida cabível.

O jogo de influência foi exercido de forma descarada no ambiente do governo federal a partir de uma tentativa ilícita, incabível do atual ministro da articulação política, Geddel Vieira Lima, quando tenta influenciar a construção dum empreendimento em local proibido, tombado, histórico aqui em Salvador, onde ele é proprietário de um dos apartamentos que seria construído, caso o edifício tivesse a dimensão desejada. E no qual tem familiares como os principais agentes jurídicos do processo que encaminha a tentativa de aplicar essa irregularidade no Estado da Bahia.

Falo do ministro Geddel Vieira Lima e acho que ele é o menos culpado. Existe um governo solícito com esse tipo de prática. É isso que existe na verdade. Então venho, como parlamentar baiano, cobrar uma postura - que o próprio governo não tem - da Comissão de Ética da Presidência da República em relação a esse fato, que deve ser devidamente - não diria apurado, porque já foi - punido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu ouvi, aqui, atentamente, o discurso do nosso querido colega e deputado Paulo Rangel que trouxe, a esta tribuna, um assunto que está, amplamente, divulgado em toda as imprensas baiana e nacional.

Em primeiro lugar, com relação ao mérito da questão, deputado Paulo Rangel, V.Ex^a disse que o empreendimento imobiliário teve o seu alvará de construção cancelado por estar em uma área tombada pelo patrimônio cultural. Na verdade, o empreendimento não está dentro da área tombada, mas, sim, nas imediações do tombamento.

A Sr^a Luiza Maia:- Não, senhor!

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- V.Ex^a adentre ao assunto para verificar e verá que tenho razão, deputada Luiza Maia.

Em segundo lugar, a licença dada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ao empreendimento era da época do governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores que autorizou o início das obras, ou seja, legitimou aquele processo de toda a forma legal. E, assim, a construção foi respaldada por todas as licenças municipais que, também, deram a autorização para o empreendimento iniciar as obras.

Mas voltemos à questão do ministro Geddel Vieira Lima. Ora, aqui, mais parece que nós estamos em um verdadeiro teatro. O ministro disse, em suas declarações, de forma bastante clara, que, de maneira nenhuma, coagiu, cobrou ou insistiu do então ministro da Cultura. Ele fez, apenas, um telefonema ao ministro da

Cultura. Nesse momento, o que ele, o ex-ministro, mais quer é aparecer para a imprensa, pois já é público o fato de ele ser candidato a deputado federal. Logo, ele se utiliza desses holofotes para poder vitaminar a sua candidatura como deputado federal.

O ministro Geddel fez, apenas, algumas ponderações ao ministro da Cultura para o mesmo analisar o processo de maneira técnica, a fim de emitir o seu parecer. Tanto isso é verdade que o ministro da Cultura tem a mesma autonomia que a do ministro Geddel. O ministro da Cultura não é subordinado ao ministro Geddel Vieira Lima. O ministro Geddel, apenas, fez as suas colocações de forma bastante clara e pediu ponderação para se analisar o caso segundo a forma técnica, já que o parecer do IPHAN estadual – IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) – foi de acordo com o início das obras do empreendimento imobiliário. Assim, o ministro Geddel expôs isso para a imprensa.

Agora, aqui, chega o deputado do Partido dos Trabalhadores – que mais parece viúva do Poder, acredito eu – a falar com choros e lágrimas ao posicionar sua opinião.

Vejam, o ministro Geddel, sempre, teve uma posição firme, dura e combativa contra este governo que destruiu o Brasil, que acabou com o nosso País e que é o responsável pelo maior esquema de corrupção já visto na história deste País!

Vejam, são mais de 13 milhões de desempregados, deputada Luiza Maia, que o governo de V.Ex^a patrocinou e deixou o nosso País na situação em que está.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, nós precisamos salvar o nosso País! Precisamos erguer a nossa voz! Precisamos juntar os nossos esforços para tirar o nosso País desta situação vexatória que o Partido dos Trabalhadores deixou o governo federal. Foi o Partido dos Trabalhadores quem patrocinou o maior escândalo de corrupção da história do nosso País, inclusive, com repercussão internacional!

Portanto, vamos tratar de coisas maiores. Vamos tratar, realmente, do que é necessário: resgatar o nosso País, a fim de devolver, para os brasileiros, os empregos que lhes foram retirados pelo Partido dos Trabalhadores!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todas aquelas que nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para tratar de uma questão que chama a atenção de toda a grande mídia nacional. Ao olhos obsequiosos do Parlamento brasileiro, tal fato aparenta tratar-se de uma coisa muito pequena, trivial, que acontece o tempo todo em nossa República, em nosso projeto de Nação.

Nós estamos vivendo um momento em que a sociedade brasileira está muito, repito, muito sensibilizada. E isso é muito bom! A sociedade está sensibilizada para detalhes que, em passado recente, passavam despercebidos aos olhos da própria sociedade. O presidente “temerário” e golpista disse ser este um problema menor. No entanto, este problema envolve o ministro da Secretaria de Governo de Temer, melhor, do seu governo. Por outro lado, isso serve como parâmetro em relação aos outros cinco ministros que, em seis meses, caíram por conta de protagonizarem escândalos em uma velocidade frenética e em uma velocidade jamais vista na história recente do nosso País.

No entanto, a condescendência vai a níveis absurdos neste episódio.

Vejam o caso de Romero Jucá que foi flagrado através de gravações feitas pelo ex-deputado Sérgio Machado. Em diálogos gravados, ele, Romero Jucá, conspirava contra a Operação Lava Jato para, após o golpe Parlamentar que tramava, ser “usufrutuário” – como está na moda tal expressão – da derrocada da Lava Jato. Jucá saiu às pressas pela porta do fundo do Palácio do Planalto! Hoje, ele é Líder deste mesmo governo no Senado. Eu disse que “ele é Líder deste mesmo governo”!

Ora, agora, ficou, no colo do Calero, a responsabilidade de ele ter colocado para o presidente o que estava acontecendo em função das pressões exercidas por vários telefonemas em torno de uma causa que poderia ser algo do cotidiano. Mas isso não era algo do cotidiano. Não era!

Tanto não era algo do cotidiano que, inclusive, ouvimos o pronunciamento do deputado Leur Lomanto Júnior a esse respeito. É interessante que há um artigo de Juca Ferreira, ex- ministro da Cultura do governo Dilma, no qual demonstra existir uma suspeita de fotomontagem caracterizando o deslocamento espacial deste edifício em questão que foge dos parâmetros daquele sítio tombado pela paisagem que pertence a todo o povo da Bahia.

Parece uma coisa pouca. Parece uma coisa diferente de uma simples carteirada do tipo: “Sabe com quem está falando?! Você conhece quem está do outro lado do telefone?! Ou você me atende ou eu vou pedir a cabeça da presidente do IPHAN!”

E Calero, então ministro da Cultura, foi se queixar, presidente, ao presidente temerário. Vejam, o presidente ficou preocupado, talvez, não pelo acontecimento que já se acostuma, já passa pelo cotidiano e já acontece no dia a dia deste governo, mas por sua repercussão. Desconfio que a preocupação maior do presidente Temer está vinculada a duas delações que se aproximam e, a cada vez mais, de maneira inapelável.

Por força das circunstâncias, eu estou falando da possível delação de Eduardo Cunha! Imaginem que a delação de Eduardo Cunha chamará a classe média alta para o entorno das luzes dos holofotes da grande mídia ao expor todos eles! Os brancos da Bahia batiam panelas nas ruas de Salvador; panelas, hoje, silenciosas, que já não tilintam mais em torno da corrupção.

Todavia, a corrupção grassa forte e endêmica e está por dentro e entranhada neste sistema político fétido, podre, que já se exauriu há muito tempo e não consegue

dar respostas a atos de advocacia administrativa conforme preceitua o Código Penal. É a advocacia administrativa em causa própria.

Geddel precisaria ter um ato grandioso para deixar os baianos, inclusive a mim, muito bem impressionados através de uma atitude republicana do quilate de um ministro de Estado como a seguinte: “Eu peço, Sr. Presidente, o afastamento do meu cargo para não influir nessas maledicências que não me cabem, que não me alcançam.” Essa seria uma atitude republicana equivalente àquela que Hargreaves tomou quando foi ministro de Itamar Franco. É uma pena que essas atitudes sejam muito singulares em nossa República e nos deixam empobrecidos.

Mas, vejam, por incrível que pareça, o último conselheiro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República foi nomeado a pedido do ministro-chefe da Secretaria de Governo: Geddel Vieira Lima. Este mesmo conselheiro pediu vista do processo de Geddel de maneira extemporânea, intempestiva e criou um problema adicional. E, nesse caso, Geddel, sem pedir o afastamento, que deveria ser um ato natural, republicano, grandioso, se esqueceu ou não lembra mais o fato de que o referido conselheiro advoga para as empresas, dentre elas, a Cosbat Empreendimentos Imobiliários que é dona e responsável por aquele empreendimento na Ladeira da Barra.

E, naquele empreendimento, existe uma cobertura estimada em R\$ 2,5 milhões que pertence ao ministro-chefe da Secretaria de Governo. Observem, ministro e secretário de governo não é um mortal comum ou um cidadão comum que perambula por esta República! Mas ele é um ministro de Estado e Secretário de Governo!

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Concederei sim, daqui a um instante, meu caro amigo Zó.

A sociedade não aguenta mais este tipo de escamoteio. Mas repito que o cabo de guerra se estabelece. E Temer, agora, é um figurante, pois ele está travestido de Pilatos uma vez que lavou as mãos, ou seja, prevaricou e passou, como Pilatos, a mão na cabeça do Geddel Vieira Lima. Ele teme as futuras delações premiadas de Eduardo Cunha e Odebrecht. Não tenham dúvidas quanto a isso! Ou alguém se esquece de que estão, naquela lista, nomes como os de Geddel, Romero Jucá, de ministro responsável pelas PPIs do governo temerário.

Logo, observem, senhores, pois estamos diante de um fato de caráter muito sério. Não é bobagem! Cabe, agora, a pergunta: quem colaborou para serrar fileiras em apoio a Geddel? Aquela ala do PMDB que conhece, profundamente, o modus operandi do ministro.

Bem, segundo minhas leituras nas reminiscências dos seus contemporâneos de escola em Brasília, ele tinha um apelido pitoresco que não vou declinar aqui neste momento. Mas ele se aproximava daquelas equipes de alunos que estudavam mais para que, nos trabalhos, ele ganhasse as notas mais altas sem, de fato, fazer jus a elas. Essa é uma atitude clássica de quem tem, no DNA, a característica genética...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um minuto. Deixe-me concluir o meu raciocínio. V.Ex^a estará sendo cogitado neste processo.

Então, observem os senhores! Olhem só o que diz o jornal Folha de São Paulo, veículo de comunicação insuspeito, deputado Zó, e traz, como destaque, em seu impresso de hoje, o seguinte: *“Parentes de Geddel integram a defesa de edifício que foi barrado”* O jornal levantou, também, ter um primo e um sobrinho do secretário de governo de Temer como representantes do La Vue junto ao IPHAN. Ora, essa manchete amplia as ligações do ministro com o empreendimento para além daquela unidade que ele diz pertencer a ele.

E a empresa Porto Ladeira da Barra Empreendimento, também, é a empresa do conglomerado. Pois bem, essa nomeou, como seus representantes em procuração, o advogado Jayme Vieira Lima Filho, primo de Geddel, e o estagiário Afrísio Vieira Lima Neto, filho do deputado Lúcio Vieira Lima que é irmão de Geddel. Ora, o documento registra que os indicados passam a representar o empreendimento La Vue Ladeira da Barra perante o IPHAN.

Verdadeiramente, há poucos instantes, o deputado Lomanto Junior disse que o edifício logrou licenciamento pelo IPHAN estadual – IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) – e, contudo, não acolheu a negativa emitida pelo escritório técnico que trata dessas questões quando, de fato, tal negativa deveria prevalecer.

O então ministro Juca Ferreira, quando identificou os desmandos que estavam acontecendo no IPHAN, imediatamente, exonerou o Sr. Carlos Amorim que não só neste episódio, mas em outros episódios, como no do Centro Histórico, liberou licenças para construções inadequadas que estariam, flagrantemente, corrompendo a paisagem e desmontando ambientes de preservação pertencentes ao povo da Bahia.

Ouçõ V.Ex^a, deputado Zó, com o aparte, e solicito que seja acostado à minha fala.

O Sr. Zó:- Deputado Joseildo, agradeço o aparte, mas eu defendo a tese que diz que quem não deve não teme. Eu queria sugerir... porque não sei se o ministro Geddel, ao falar com o ministro da Cultura que saiu, o fez com a candura e a doçura da última entrevista que ele deu, em que até chorou, ou se ele falou com a arrogância que lhe é peculiar. Seria oportuno o próprio ministro pedir à empresa telefônica que quebrasse o sigilo para ver se a forma com a qual ele falou foi uma orientação, um pedido ou se foi dando grito no ministro. Poque o ministro, pela forma que ele saiu, ele saiu assustado, ele entregou o Ministério assustado, com medo, receoso e preocupado com a repercussão que aquilo poderia dar.

Eu sugiro que, se for possível, para dirimir qualquer dúvida, o ministro Geddel, ou alguém que tenha contato com ele, peça à companhia telefônica para quebrar o sigilo das 5 ou 6 ligações que ele fez para o ministro – segundo o ex-ministro da Cultura, pressionando; segundo o ministro Geddel, conversando. Isso seria até uma forma de não colocá-lo em xeque sem ouvi-lo, porque a gente não pode se comportar daquela forma: eu não tenho prova, mas tenho convicção. A gente precisa ter a prova de como foi conduzida essa conversa. Se foi como o ministro da Cultura que saiu

falou ou se foi como o ministro Geddel falou. Eu estou me colocando dessa forma porque nós não podemos ter convicção, precisamos ter prova das coisas.

Eu estou colocando isso sem entrar na questão do desemprego, porque, se o desemprego está alto, vai aumentar agora, pois o Banco do Brasil está demitindo, o Correio vai demitir, a Caixa está demitindo, e soube que a CHESF também vai fazer um plano de demissão, fora as outras demissões que estão vindo aí. O modelo começa a ser como o anterior, que vai agravar ainda mais uma crise que já existe, principalmente com o desemprego, com as demissões em massa e, agora, com o aumento da alíquota do INSS proposto de 11 para 14% na reforma da Previdência.

Estou colocando isso para dirimir qualquer dúvida. Se o ministro Geddel fizer isso, será importante para a nação, para as coisas ficarem claras. É só pedir para quebrar o sigilo da ligação que ele deu para o ex-ministro e a gente vai ver como foi a ligação. Quem não deve não teme, se o ministro Geddel fizer isso, acho que a sociedade baiana e brasileira ficará agradecida. E não precisa nem vazar, como as outras que lá, em Curitiba, vazaram. Ele mesmo pode fazer.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado Hildécio Meireles, por favor.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Joseildo, quero parabenizar a coragem de V.Ex^a em trazer à discussão, neste Plenário, temas dessa ordem. V.Ex^a faz parte do Partido dos Trabalhadores, partido que governou o nosso país nos últimos 13 anos e meio aproximadamente; partido que foi responsável pela dilapidação do patrimônio nacional; partido que, no Governo, destruiu uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, o orgulho brasileiro, que era a Petrobrás. É, de fato, corajoso, por parte de um membro do Partido dos Trabalhadores, como V.Ex^a, um homem direito que nós aqui conhecemos, trazer à baila esse assunto. V.Ex^a falou aí alguns termos interessantes. Por exemplo, que o Temer é coadjuvante. Eu digo que Lula é protagonista... nesses 13 anos de dilapidação do patrimônio nacional.

V.Ex^a falou aí da delação da Odebrecht, falou de alguns nomes que certamente estão lá, do senador Romero Jucá, de mais alguns que V.Ex^a falou, mas esqueceu de falar de Lula, Dilma, Mantega, Palocci, Wagner, José Dirceu e de tantos outros.

E V.Ex^a foi mais profundo ainda quando foi buscar informações, apenas da imprensa, para dizer que o ministro Geddel quando estudante em Brasília, colava com os seus colegas para obter notas melhores, foi isso que entendi. Mas Lula se juntava com os trabalhadores para fazer de conta que trabalhava, e nunca pregou um prego num mamão maduro neste País.

V.Ex^a chega ao ministro Juca Ferreira, baiano, nosso conterrâneo, dizendo que o ministro teria colocado para fora Carlos Amorim, se não me engano, ex-chefe do IPHAN na Bahia, que comandava o IPHAN quando, inicialmente, a construção desse prédio foi liberado.

Seria importante que o ministro Juca Ferreira tivesse tido a mesma agilidade para mandar apurar as falcatuas que cometeram com a Lei Rouanet, com essa liberação gratuita de recursos para artistas que, muitas vezes, nem precisavam disso, até pela fama que já possuíam, entre eles, inclusive, alguns baianos.

Repito aqui, quero enaltecer a coragem de V.Ex^a em trazer à baila uma discussão tão importante para o nosso País, como é a questão da varredura que precisamos, de fato, continuar fazendo no nosso País.

Muito obrigado pela sua paciência.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Ok, deputado Hildécio Meireles. V.Ex^a traz algumas questões, não terei tempo de aprofundá-las, mas muito distante da quebradeira deste País, há uma série de questões mais profundas que não dá que tangencialmente a gente trate dessas questões. A Petrobras não foi quebrada pelo PT. É preciso aprofundar para trazer à baila uma série de informações em relação ao que V.Ex^a falou. Inclusive, estão aqui as fotos que colocam a fotomontagem do edifício quando da sua liberação ainda lá atrás, até isso aconteceu.

Então, estamos diante de algo muito grave e, no momento, é verdade, talvez isso não seja tão importante porque leva em consideração princípios e valores que são fundamentais para os momentos de hoje, deputado Meireles. Parece pouca coisa. Aqueles outros deputados peemedebistas que foram prestar solidariedade ao ministro conhecem o modus operandi, sabem da possibilidade da perspectiva das carteiradas, sabem com quem estão falando.

Então, todo mundo sabe como se procede em casos da espécie, não somente nesse, mas em muitos outros casos. Mas teremos muito tempo para tratar da questão porque o debate é esclarecedor, é muito importante para este Parlamento que tem debatido pouco uma série de questões que são basilares, que são fundamentais para a consolidação da nossa jovem democracia.

Entretanto, não é à toa que a mídia golpista, até ela já não tem mais nenhuma complacência com as indecências que estão acontecendo nos últimos 6 meses desse governo que aí está. E o pior é que essas delações que se avizinham estarão, deputada Fátima, pipocando no exato momento em que as medidas do “austericídio”, que deveriam trazer a redinamização da nossa economia, até este momento não gerou da parte da nossa atividade econômica nada de efetivo. E a impaciência do ambiente empresarial com esse governo, já está se esgotando.

E eu não falo daquilo que a presidente Dilma fez à época, no final de 2009, em plena crise, ela teve a coragem de fazer uma série de desonerações para empresariado nacional, que, naquele momento, só fazia aplaudir a presidente Dilma, pois o Brasil tinha a menor taxa de desemprego, diante do mundo.

Portanto, como é um passado recente, e passar a borracha naquilo que interessa parece o caminho, o atalho mais fácil, na realidade é disso que a gente tem que tratar toda a vez em que estivermos aqui nesta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Horário das representações partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero externar minha inquietação e, de certa forma, a indignação com a situação em que o nosso País vive hoje. Realmente, parece que o mundo virou de ponta-cabeça: nunca se esperou que um gráudo fosse denunciar outro gráudo. Mas o tamanho do desacerto, das irregularidades e do mau uso do poder e do dinheiro público na sociedade brasileira, tem sido uma catástrofe, de forma que hoje, como vimos no discurso do deputado Joseildo Ramos, que muito bem explicou, comentou, mostrou como tem sido esses últimos dias de um ministro da nossa Bahia. Temos que lamentar, indignar-se e fazer um trabalho de conscientização política para que o nosso povo, o povo baiano, o povo brasileiro tome novas atitudes nas eleições de 2018.

Na verdade, se essas pessoas estão lá é porque tiveram a oportunidade de receber o voto da Bahia em cada município. E é preciso que a gente não deixe a televisão inundar a cabeça de nossas pessoas com a desesperança ou com a percepção de que não tem mais jeito. É preciso, cada vez mais, que o trabalhador se una ao trabalhador, que levante sua bandeira de indignação e de resistência para que voltemos a ter neste País justiça social, democracia, participação popular, e a gente diga com força e com fé: “fora os golpistas”, e que voltem as pessoas que sempre lutaram para que nosso País pudesse ter justiça social e dignidade.

Digo isso, – sei que o tempo não vai me permitir, mas terei tempo para voltar mais uma vez – porque se de um lado percebemos a luta, o empenho, o esforço que o nosso governador Rui Costa, mesmo nessa crise econômica quase insustentável, insuperável, tem feito esse trabalho de realizar obras, de estar presente na sociedade, seja aqui na capital com as obras das encostas, com as grandes obras estruturantes, como também no interior com a conclusão das obras de estradas, de poços artesianos, até porque se avizinha uma seca cruel, e a gente percebe como o nosso povo tem recebido a água dos poços artesianos, das adutoras e as obras que estão sendo construídas.

Então, enquanto há esse esforço aqui na Bahia, percebemos que no governo federal a cada dia, a cada minuto que se abre a internet, o que se percebe são os cortes nas políticas sociais. Na verdade, dá-se aumentos grandiosos, volumosos, para juízes, para a Polícia Federal, para outros órgãos federais de grande porte, mas faltam recursos para pagar os trabalhadores que atuam nos serviços mais simples.

A gente percebe toda essa movimentação de força política, inclusive com almoços e jantares com valores volumosos para garantir que deputados federais e senadores aprovem a PEC do fim do mundo, a PEC 241, que hoje tem o nome de PEC 55 e vai congelar os recursos da saúde e da educação por um período de 20 anos. Então é lamentável, indignativo e preocupante para as futuras gerações, que verão esses 20 anos passar por tudo isso.

Queria encerrar a minha fala, Sr. Presidente, parabenizando aos artistas e simpatizantes de Valença, que, no seu aniversário de 30 anos, fizeram uma grande

homenagem ao espaço cultural administrado pela Secretaria da Cultura, que é uma das maiores contemplações da cidade de Valença.

Parabéns aos artistas, parabéns a todos que acreditam nessa coisa boa que é a arte, a cultura e a música, para o bem da nossa alma.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Vai falar, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Zé Neto, e, pelo tempo de 7 minutos, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, estou aqui com uma notícia nada agradável para o nosso País, especialmente aqui para a Bahia, onde o Banco do Brasil tem 447 unidades de atendimento, 328 agências e 119 postos de atendimentos. Com essa reorganização, serão encerradas aqui, na Bahia, 33 agências, que serão transformadas em pontos de atendimento, e mais 12 agências terão suas portas, definitivamente, fechadas.

Sr. Presidente, acho que essa é uma das piores notícias que tivemos nessa semana que passou. Tem sido muitos tsunamis em todo o caminho desse governo ilegítimo que ora governa o País sob a égide de um golpe parlamentar, apoiado, infelizmente, por alguns setores ligados ao Judiciário e a forças institucionais.

E o fechamento de 402 agências do Banco do Brasil em todo o País nos traz uma profunda preocupação. Definitivamente, a Bahia perdeu, e muito, com este Governo que aí está, especialmente a minha cidade Feira de Santana, que, aliás, vai, nos próximos meses, poder medir a diferença que era ter um governo do PT e, agora, ter um governo comandado pelo PMDB. É um PMDB que, inclusive na Bahia, já mostrou que vai dar água, com todo respeito que tenho aos meus colegas do PMDB aqui na Casa. O que tenho visto de parte da grande mídia que está, evidentemente, execrando para valer a figura do Geddel Vieira Lima é a demonstração mais clara de que este PMDB da Bahia não está na panelinha de quem pode ajudar o nosso Estado no dia a dia das dificuldades todas.

Lembro-me que, inclusive no período em que o PMDB controlava o Ministério dos Transportes na era e na época do Fernando Henrique, a Bahia ficou com os piores resultados em termos de estradas em todo o País. Fico até sentido pelos nossos deputados do PMDB aqui da Casa porque, com certeza, não terão força alguma para trazer qualquer benefício para o nosso Estado, a nossa Bahia que já vem vendo de perto as dificuldades que estão se avolumando com esse governo que aí está.

Já tiraram mais de 55 mil Bolsas Famílias do Estado da Bahia somente de dois meses para cá; o pacote que reduziu 1 milhão de Bolsas Famílias em todo o Brasil ainda vai repercutir mais no nosso Estado; não vem mais recursos para o trabalho que

vinha sendo feito no campo com as cisternas com a água para as pessoas mais carentes, do nosso Sertão principalmente; não vem mais recursos para o Luz Para Todos; no Minha Casa Minha Vida, a Bahia praticamente não foi contemplada nesse último pacote que agora, há poucos dias, anunciaram. Aliás, em Feira de Santana, só em Feira, nos últimos 5 anos, foram 45 mil casas oriundas do programa Minha Casa Minha Vida. Dessas...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Dessas, 25 mil casas foram designadas às pessoas de baixa renda entre 0 e 3 salários mínimos. E eu fico, Sr. Presidente, a ver que esses investimentos da ordem de quase de 3 bilhões se deram no nosso governo, assim também como os investimentos de saneamento na Bahia e na cidade de Feira de Santana, que foram na ordem de, somente em Feira, mais de 320 milhões de reais. Mas o que está acontecendo é um corte violento de recursos, não só para a minha cidade, que agora já vê de perto o quanto é diferente, o quanto esses que agora estão no poder, comandados por interesses da FIESP paulista e de uma meia dúzia...

O Sr. Hildécio Meireles:- Aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito, Sr. Deputado, mas está encerrando o meu tempo.

Esta é a situação, Sr. Presidente, infelizmente, e essa situação do Geddel é mais uma prova. Vi, nesta semana, o Geddel dizer que era uma coisa qualquer, mas o que me entristece ainda mais não é ele tratar uma situação dessa como uma coisa qualquer, é saber que já há uma conspiração dentro do Governo para o enfraquecimento do Nordeste e do Norte. E esse que fala de uma coisa qualquer até agora não mostrou positivamente, com o seu grupo político... Aliás, aqui quero encerrar a minha fala dizendo ao deputado Sandro Régis que V.Ex^{as} da Oposição, que tanto festejaram a hora da ascensão desses que, de forma ilegal e ilegítima, estão no poder, terão, nesses próximos dois anos – se tivermos Presidência da República até lá –, que responder à sociedade acerca de situações muito difíceis de serem explicadas.

Quero dizer a V.Ex^{as} que o jogo da política está sendo jogado e quero aqui lembrar e registrar, na minha fala, que já começamos a constatar a grande diferença que há entre o governo do PT e esse governo ilegítimo que aí está.

Viva o Brasil, viva a democracia, viva a soberania nacional e viva aqueles que acreditam no povo brasileiro!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, eu acho que nesta tarde esse debate sobre a situação nacional está muito rico e precisa ser aprofundado. Aqui, para consertar... Cadê ele, o deputado Leur Lomanto Jr.? Para consertar um pouco o discurso todo atrapalhado e torto do deputado Lomanto Jr., eu queria pedir aos deputados que refletissem se foi mesmo o PT que quebrou o Brasil. Não é possível a gente ouvir um discurso desse e não reagir. Acho que o PT errou e está pagando

inclusive por seus erros. Agora, querer botar a responsabilidade de uma crise de um sistema falido, como é o sistema capitalista, um sistema que não serve mais para a humanidade, mas que a burguesia no mundo globalizado insiste em mantê-lo, insiste em sacrificar grandes parcelas da humanidade com fome...

O Sr. Sandro Régis:- O que é burguesia, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu não lhe dei a palavra ainda, meu filho! Acalme-se! Burguesia é a elite que hoje domina o mundo economicamente.

Segundo o professor Márcio Pocheman,(?) – não sei dizer direito o nome dele – a economia do mundo hoje é dominada por 500 e poucos empreendedores. Então, esse sistema burguês, elitizado, na hora das suas crises, que faz parte da sua própria dinâmica, quer sacrificar o trabalhador, quer jogar a culpa da crise nas costas do trabalhador . É preciso fazer esse debate aqui de forma clara. Não adianta, o povo brasileiro vai voltar a entender quem realmente conseguiu fazer desse Brasil um pouco mais igual. Embora, a partir de 2014, quando a presidenta Dilma foi eleita e a elite brasileira, e nós sabemos inclusive das suas ligações com a capital financeiro internacional, não a deixou governar e ela errou no momento em que tentou implementar a pauta dos neoliberais. Ela viu no que foi que deu, quer dizer, não teve o apoio do trabalhador que foi quem sempre esteve junto com ela e nem teve o apoio das elites que queria o fígado dela, que foi o que a gente viu.

Dizer aqui que esse governo é legítimo!? É golpista, irresponsável, traidor, conservador e está levando o Brasil ao retrocesso. Fazer o debate hoje de ter que reduzir os gastos públicos, reduzir o gasto do Estado, que tem que consertar o País, colocar o País para ser viabilizado, como?

O Estado brasileiro, o estado de um modo geral não tem responsabilidade com os seus filhos? A riqueza que este Brasil produz é só da elite? É justo, está correto o que o governo golpista do Temer usurpador está fazendo com o nosso Pré-Sal? Quem autorizou? O povo brasileiro autorizou o governo de Temer vender o nosso Pré-Sal para os grandes empreendedores norte-americanos?

Depois, eu que sou a maluca, estou dizendo que o problema é dos Estados Unidos! Mas a gente está vendo aí a missão do FMI já se ousando, e toda hora o FMI dando pitaco sobre a economia brasileira...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Hildécio Meireles:-V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Esperem aí, meus filhos! Deixem eu acabar de falar, ainda tem tempo. Deixem eu falar aqui. E eu quero dizer a vocês o que eu penso, e esse discurso que vocês estão fazendo aí de tentar responsabilizar o PT, dizendo que foi quem quebrou o Brasil, a verdade vai aparecer. Não foi! Até 2002, este País era o mais desigual do mundo! E todo mundo sabe disso. Lula deu início a uma transformação e incluiu os filhos do Brasil, os brasileiros que não tinham nem o que comer durante o dia. E, através desse programa fundamental que é o Bolsa Família, começaram a ser incluídos como cidadãos. E hoje, com o governo do usurpador, o

golpista Temer, ataca o programa Bolsa Família da forma que está atacando. E não é porque eu ache que não tenha erros lá, não, que pode até ter tido...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputada!

A Srª LUIZA MAIA:- Calma aí! Não é que não tenha erro. Não é que alguém do Bolsa Família tenha doado para quem quis. O problema não é esse. O que eles estão fazendo é tentando desmoralizar o programa Bolsa Família para daqui...

O Sr. Hildécio Meirelles:- Um aparte, deputada!

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte, deputada.

A Srª LUIZA MAIA:- Ô, gente, esperem aí! Deixem eu acabar meu discurso. Quando eu terminar de falar, eu dou o aparte para vocês. Pode ser? Que agonia desgraçada é essa?! Acalmem-se. Deixem eu continuar aqui o meu discurso.

Então, quero provar para Lomanto e para quem subiu nesta tribuna para dizer que o PT quebrou o Brasil, que está mentindo. O PT começou a fazer a diferença neste Brasil incluindo seus cidadãos. O PT deu início a uma transformação que ajudou o País a sair daquela desigualdade estúpida, mas não concluiu porque os golpistas, a partir de 2014, quando a presidente Dilma foi eleita no segundo turno, não deixou a mulher trabalhar. E ela, boba, botou o Levy e mais outros da elite brasileira de direita para ajudar o governo. Não deu certo.

O Sr. Targino Machado:- Conceda-me um aparte, deputada.

A Srª LUIZA MAIA:- Acalme-se, deputado, o senhor vai ter seu momento.

Então, queria dizer aqui, Srs. Deputados, que o Brasil, hoje, vive um retrocesso, eu digo hoje que nós não estamos mais em um Estado Democrático de Direito, estamos hoje em um Estado de exceção, porque o que os estudantes têm feito neste Brasil, dentro das suas escolas, ocupando-as e dizendo para o Congresso Nacional o que Temer está fazendo através dessas PECs... E ele, inclusive num desrespeito total aos estudantes, chegou e disse que estudante não sabe que diabo é PEC. Mas eles sabem, e nós ouvimos a fala daquela Ana Júlia mostrando o papel que essa mídia tem ao atrapalhar o povo brasileiro no entendimento do que está acontecendo no Brasil, a incentivar esse ódio. Não tenho a menor dúvida.

Não tenho vergonha de ser do PT, não pretendo sair do PT, e vai chegar o momento em que o povo brasileiro vai entender realmente quem começou a fazer a diferença, quem começou a combater a desigualdade neste Brasil, o que, infelizmente, foi interrompido por esse golpe ridículo das elites brasileiras que, inconformadas com aquela transformação e por estarem fora do poder por tanto tempo... Porque, até 2003, essa galera dizia que iria esperar o bolo da riqueza da economia brasileira crescer para depois dividir com o povo. E não dividiu foi nada! Dividiu e socializou a miséria e a pobreza. Nós éramos o país mais desigual do mundo, perdíamos apenas para um país da África que estava numa situação pior do que a da gente, mas que, em termos proporcionais, não tinha o prestígio que o Brasil tem.

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, deputada.

A Srª LUIZA MAIA:- Deputado, desculpe-me, mas eu ainda tinha três assuntos para falar, não deu tempo, pois é. Se vocês deixarem, me permitirem, eu

ainda quero falar sobre a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- ...e quero falar também sobre o 20 de Novembro, que é o Dia de Combate ao Racismo, é homenagem a Zumbi dos Palmares, mas sei que meu tempo já se esgotou, eu vou falar em outro momento.

Muito obrigada, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pois não, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Targino.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 12 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários, (Lê) “É fundamental o cumprimento de comando constitucional da independência e harmonia entre os poderes da República: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Não presta serviço à sociedade ou à democracia o vilipêndio a quaisquer dos poderes.

Enfim, feliz a república que se encontra ancorada em poderes bem avaliados pela nação.

Vez por outra, mundo afora, tem-se notícia de escândalos nos poderes Legislativo e/ou Executivo. É fato, essas notícias ocorrem em menor número no Poder Judiciário.

Bom que seja assim, pois os poderes Legislativo e Executivo têm um eficiente mecanismo de controle, que são as eleições, a garantir a renovação dos seus quadros, além destes dois poderes serem dotados de maior transparência e, por isso, mais vigiados e fiscalizados, notadamente, pela imprensa livre, pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário.

O momento político é um claro exemplo disto.

Já o Poder Judiciário, quer por transformações ou vícios adquiridos ao longo do tempo, a dificultar a veiculação de notícias negativas, ou mesmo pelo temor de represálias que se abatem sobre todos que lhe ousam apontar falhas, adquiriu, dentre todos os poderes da República, essa blindagem que mais se assemelha a uma 'caixa preta'.

O que afeta negativamente o Poder Judiciário repercute de forma desproporcional nos jurisdicionados, justo por representar o último caminho recursal.

A única fórmula para garantir o saneamento ético das instituições é o investimento em educação, corrigindo as distorções na base da pirâmide, corrigindo o barro de onde são forjadas e retiradas os representantes de todos os poderes.

Eclodem, a todos os momentos, denúncias de desvios éticos das nossas autoridades em todos os poderes da República.

Infelizmente, a corrupção está banalizada no nosso meio.

O Poder Judiciário tem sido alcançado com denúncias de venda de sentenças, de leniência com o crime, de ineficiência, de hospedar castas inalcançáveis detentoras de supersalários, aí listados todos que recebem estipêndios superiores ao teto salarial permitido (no caso o salário dos ministros do STF). A maior controvérsia ocorre, justo, por ser o Poder judiciário o guardião das leis. Então, como este poder hospedar marajás?” – Indagado, eu – “Como membros dos colegiados (desembargadores, por exemplo) receberem salários acima do teto permitido? Não estarão, com a devida vênia, estas autoridades prevaricando, incorrendo em improbidades administrativas...?”

No momento, os Poderes Executivo e Legislativo estão negociando, no Congresso Nacional, a aprovação de remédios amargos para socorrer a nossa economia, que se encontra em anemia aguda e profunda.

Como os ministros da mais alta corte fazem a apologia de aumento de seus próprios salários, apesar dos polpudos salários que já recebem? Melhor seria que dessem o bom exemplo e eliminassem esse marajás do Poder Judiciário, parte deles recebendo salários de mais de R\$100.000,00 p/mês. É um absurdo, Srs. Deputados.

A minha fala não é contra o Poder Judiciário, mas a favor da moralidade pública. Não é admissível manter-se o contrabando de salários” – repito: Não é admissível manter-se o contrabando de salários – “...dentro do Poder Judiciário.

De igual modo não é crível exigir-se sacrifícios da população que não alcancem a todos indistintamente.

Os juízes são uma casta criada e protegida pela Constituição Federal, que lhes concedeu as seguintes garantias: vitaliciedade; inamovibilidade; irredutibilidade de vencimentos, enquanto os escândalos no Poder Judiciário se espriam pela mídia, o STF insiste, deputado Zé Neto, em considerar inconstitucional a criação do Controle Externo do Poder Judiciário pelas Assembleias Legislativas Estaduais, como se tivessem o objetivo de se diferenciarem justo por não poderem ser alcançados por fiscalização isenta.

Só para citar alguns exemplos de maus feitos, aqui estão colecionados:

Ex-presidentes do Tribunal de Justiça da Bahia deveriam ter ido a julgamento ontem no CNJ” Que foi transferido para a próxima semana. “(...) respondendo a processo disciplinar por má gestão em precatórios.

2 - Salário de bibliotecário chega a R\$ 54.000,00 no Tribunal de Justiça da Bahia.

3 - Em crise, TJ já tem 44 servidores com salário acima do teto constitucional.” A relação desses 44 marajás está aqui.

“(...) 4 - Ranking dos supersalários do TJ.

5 - Recepcionista ganhará quase R\$ 28 mil de aposentadoria do TJ da Bahia.

Enquanto isso, Sr Presidente, a punição para juiz que é pego, julgado e condenado por improbidade, por mal feito, por corrupção, por desvio ético, a condenação desses magistrados, diferentemente dos outros cidadãos brasileiros, é a aposentadoria precoce com salário proporcional ao tempo de serviço. Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs. da Imprensa, isto não é punição, é prêmio para o juiz bandido. É um escárnio com a maioria de juízes responsáveis, éticos e trabalhadores.”

E faço um parêntesis para dizer que em todos os setores da economia, da sociedade, existem os bons e os maus. Bom e mau médico, bom e mau padre, bom e mau pastor. Mas, tenho certeza, que também há os bons e maus juízes. Tenho certeza também que os bons juízes são a maioria no Poder Judiciário. E o meu discurso fere os maus juízes, mas vai ao encontro do que pensam os bons magistrados que existe na Justiça baiana e brasileira.

Como cortar o dinheiro do governo para a saúde? Como cortar o dinheiro do governo? O governo estadual corta agora 12 milhões da educação, o federal quer cortar também na carne, o dinheiro da educação, da saúde e da segurança pública.

“(...) Como cortar o dinheiro da segurança pública e previdência, sob o argumento que os gastos do dinheiro do governo precisam estar submetidos a limites?”

Eu repito, vejam o argumento de quem quer cortar o dinheiro, chamado de dinheiro do governo: os gastos precisam estar submetidos a limites orçamentários.

“(...) O dinheiro não é do governo!

O dinheiro é público!

O dinheiro por ser público não significa coisa sem dono, ao contrário, significa coisa de milhões de brasileiros!

O triste é aqueles que precisam garantir a aplicação das leis, gastarem sem compromisso e com total falta de cerimônia com o dinheiro público, aprofundando o desperdício, a crise e a desconfiança de todos os brasileiros nas suas instituições.

Não fui colocado aqui no mandato de deputado estadual para me apequenar, para ter medo, mas para fazer o bom combate, em defesa da Bahia, dos baianos, do Brasil, e dos brasileiros.

Vou continuar combatendo os marajás representados por aqueles que recebem supersalários, estejam onde estiverem, pois esta prática condenável está a provocar prejuízos, dor social, dor coletiva crônica na nossa população. E não é possível que o judiciário também participe disso.

Isto posto Sr. Presidente Marcelo Nilo...” gostaria que aí estivesse agora, no lugar onde V.Ex^a está sentado, S.Ex^a, o presidente de direito, deputado Marcelo Nilo, porque eu “(...) venho requerer da presidência desta Casa a adoção de uma medida urgente, legal e regimental, qual seja: a criação nesta Casa de uma comissão especial para fazer uma análise nas folhas de pagamentos dos Poderes Executivo, Legislativo...”

Vou repetir já que V.Ex^a chegou, deputado Marcelo Nilo.

Depois de todo o arrazoado que fiz, quero “(...) requerer de vossa excelência a adoção de uma medida urgente, legal e regimental, qual seja: a criação nesta casa de uma comissão especial para fazer uma análise nas folhas de pagamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de identificar a existência de supersalários, ou seja, salários acima do teto constitucional, que hoje é R\$ 33.763,00 (valor dos subsídios dos ministros do STF).

A navalha, Sr. Presidente, tem que cortar a carne indistintamente. Os supersalários têm que ser combatidos, estejam onde estiverem.

Ao final, Sr. Presidente Marcelo Nilo, Sr^{as} e Srs Deputados, Srs. Imprensa, a educação, a saúde, a previdência social e a segurança pública irão nos agradecer!”. De forma especial a V.Ex^a, que eu tenho certeza que tem estatura pessoal, envergadura moral, tem a responsabilidade de bem representar este Poder, para mandar criar uma comissão com o objetivo de apurar esses supersalários que estão hospedados nos Poderes do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu estava ouvindo o discurso de V.Ex^a. Como presidente da Casa, gostaria de dizer a V.Ex^a que vou levar o requerimento à Mesa Diretora para que seja votado. Como são 9 votos, se empatar, eu defiro o requerimento. Acho que o requerimento de V.Ex^a é muito importante e nós temos que analisá-lo com muito carinho. V.Ex^a tem o meu apoio. Óbvio que eu levarei para a Mesa Diretora, e cada deputado que faz parte da Mesa vai votar fruto da sua consciência. Se a Mesa aprovar, nós instalaremos a comissão.

Pessoalmente, se fosse ato exclusivamente meu, eu deferiria agora, mas como é um ato da Mesa, eu vou levar para a Mesa Diretora que é composta, salvo engano, por todos os partidos, e, se empatar, já que são 9 deputados, eu deferirei a criação dessa comissão.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, V.Ex^a... eu não diria que me surpreende, porque, como disse, tenho V.Ex^a em alta conta com estatura pessoal, envergadura moral e política para tomar uma decisão, uma posição dessa, destemida, brava e que vai ao encontro da defesa dos interesses dos baianos. E digo a V.Ex^a: essa tese não precisava melhor eleitor, nesta Casa, do que V.Ex^a.

Muito obrigado, e vou acompanhar de perto a próxima reunião da Mesa Diretora. E tenha certeza, Sr. Presidente, de que a Bahia vai agradecer não somente a V.Ex^a, mas ao Parlamento da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarão a deputada Fátima Nunes e o deputado Zó, por 6 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente Alex Lima, jovem do Litoral Norte que preside neste momento a sessão. Vou falar bem calma agora, porque reuni um material que a cada dia tem sido colocado na mídia e que nos assusta muito. Estamos cada dia mais assustados com o futuro do nosso País com esse governo ilegítimo, golpista, temeroso, usurpador, qualquer adjetivo é pequeno para este momento. Tirei dos jornais uma matéria que diz o seguinte: “O Temer é o exterminador do futuro.” Nos assustamos muito lendo o que vinha depois. Pois bem, já na primeira canetada exterminou a Farmácia Popular que vende os remédios mais baratos e distribui alguns remédios do SUS de graça.

Outro dia, fizeram quase uma piada dizendo que o Temer estava passando na casa dos amigos para avisar sobre o aumento do gás. De modo que quem quiser ter comida pronta, daqui a pouco vai precisar voltar lá na brenha pegar lenha para trazer para casa.

Não bastasse isso, estão no Congresso Nacional as reformas da Previdência que, a cada hora, aparecem com um teto. Ora fala-se em 68, ora 65, e para esse que se aposentou aos 55 anos, apresenta projeto para os trabalhadores e trabalhadoras se aposentarem somente aos 70. As mulheres trabalhadoras no regime da agricultura familiar que hoje se aposentam aos 55 anos e os homens aos 60, naturalmente terão que trabalhar e aguardar mais 15 anos. E não é pouco viver no sertão, viver no semiárido, com poucas condições de vida e aguardar tanto tempo para se aposentar.

Recentemente, nos assustou a palavra do deputado Nelson Marquezelli que afirmou em bom tom para os jornalistas que quem não tem dinheiro não estuda, porque a partir dessa presente data estão sendo reduzidos os recursos do FIES – que é um fundo que financia aqueles que vão para as universidades – e que também estão reduzidas as vagas para o Prouni. Portanto, quem tiver dinheiro estuda e quem não tiver, deputado Joseildo, vai ficar como a deputada Fátima Nunes, que teve apenas a oportunidade de frequentar o Santíssimo Sacramento na sua terrinha, Alagoinhas. Tenho muito orgulho disso, porque o que estudei naquela época me serve, hoje, para fazer uma análise desse tempo tão difícil que a nossa sociedade está vivendo.

O que nos entristece e indigna é perceber que, se de um lado faltam recursos e são anunciados cortes nos investimentos para a educação, percebemos e foi anunciado de que o Judiciário já teve, inclusive, homologado um aumento de mais 41.47%. Enquanto as universidades tiveram uma redução de menos 45%. Então, o que fica na cabeça do nosso povo é para que serviu esse impeachment? Para que serviu afastar o governo do PT? Para que serviu tirar e perseguir diariamente o nosso presidente Lula? Se agora a perseguição está vindo para o nosso povo. Se a cada dia o nosso povo, os de menos oportunidades, não sabem como vai ser o caminho amanhã.

Há poucos dias, vi o anúncio do corte de 1 milhão e 100 mil Bolsas Famílias, comecei a pensar que talvez o nosso povo possa voltar àquele período antes de FHC, que víamos nas notas dos jornais nosso povo catando calango e assando, e agora que não tem mais macambira para esconder os calangos, para fazer o prato do dia, ou senão cozinhando a palma para fazer o prato do dia.

Então, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, às vezes fico a observar que a Oposição faz questão de esconder o sol com a peneira, quer dizer que esse governo está servindo para alguma coisa. Mas nós lutamos, nós que somos contra a ditadura, que vivemos ainda, alguns de nós, naqueles tempos em que a polícia dava nas canelas da gente para não irmos à Praça da Sé reivindicar os direitos, sequer da aposentadoria. Estamos realmente vivendo um tempo de muita aflição. Sei que tem gente que está se dando bem, que tem apartamento na beira da praia e quer mais. E até pensou que o ministro maior não ia denunciar o ministro menor, pensou que ia ficar tudo na mesma família e não deu certo dessa vez. Mas acredito que o povo que ainda tem essa TV dentro de casa mentindo todos os dias, vai ouvir a voz dos sindicalistas, dos associativistas...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Para concluir, deputada.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- (...) daqueles que se empenham todos os dias para dizer que o governo da mentira e da usurpação do direito não pode continuar. Fora Temer!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar V.Ex^a pela tolerância que teve com a deputada Fátima Nunes. Estou parabenizando V.Ex^a, V.Ex^a se incomoda até com os parabéns.

Gostaria de solicitar uma verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr^a Presidente, inicialmente, antes de entrar no pedido de ordem, quero registrar nos anais desta Casa a minha indignação com o fato de que a Bahia vai perder 45 agências do Banco do Brasil. Quero registrar a minha indignação, porque num momento desse em que são fechadas 402 agências por todo o País e mais 379 são transformadas em postos de atendimento, isso demonstra um retrocesso sem precedentes na história da nossa economia.

O Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País. Quero, muito especialmente, dizer que sou absolutamente contra as medidas que têm sido tomadas pelo governo Temer, que corta recursos de infraestrutura, que corta recursos dos programas sociais, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos e outros tantos como o de cisternas que atende a todo o sertão baiano e a todo sertão brasileiro. A falta desses recursos por certo irá enfraquecer ainda mais a nossa economia, essas medidas vão na contramão do que o mundo está a fazer; o mundo está a investir nos seus mercados, a potencializar a moeda e a economia de base.

Aqui o que estamos vendo são bancos como o Banco do Brasil, e agora a Caixa Econômica, recebo informações agora de que a Caixa Econômica também fechará agências, demitirá e reduzirá o espaço de participação na economia do nosso Estado brasileiro. Logo nós que vimos que na mais profunda crise que se deu na economia deste País, foram bancos como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil que deram a devida sustentabilidade ao nosso setor bancário, dando equilíbrio e ajudando tanto em nível econômico como em nível fiscal o equilíbrio econômico do nosso País.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo da minha indignação especialíssima com relação a Feira de Santana, que perde duas agências: uma das mais tradicionais, a da Getúlio Vargas, que vai se transformar em posto; e a da Conselheiro, que é muito antiga. Eu me lembro de que, ainda criança, fiz um estágio lá por 3 meses, como Menor Aprendiz, e hoje eu vejo essa agência fechar.

Esse é o preço que nós estamos pagando por um governo ilegítimo, que não percebe a importância e o tamanho do Banco do Brasil para a economia do nosso País e, especificamente, para o nosso dia a dia em Feira de Santana. Quero registrar a minha indignação por mais esse golpe em toda a economia do nosso País, do nosso Estado e do interior baiano.

Pois bem, peço a V.Ex^a que faça a chamada dos deputados para que eles possam se deslocar ao Plenário. E desde já solicito aos deputados e deputadas que estiverem aqui na Casa que venham participar desta contagem para a continuidade da presente sessão. Precisamos de 21 parlamentares aqui neste momento para que possamos encerrar...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr^a Deputada, eu retiro a minha questão de ordem e a sessão pode continuar naturalmente.

O Sr. Zé Neto:- Agradeço, deputado Adolfo Viana, e quero dizer-lhe que estou empenhado em tratar com a devida atenção os requerimentos feitos pela Oposição, inclusive o do deputado Luciano, que acho plenamente pertinente. Estou trabalhando para que nós possamos atender algumas solicitações feitas por emendas; e também conversarei com o deputado Hildécio, que fez alguns questionamentos.

Os nossos projetos chegam à Casa e o nosso intuito é votá-los, mas se a Oposição está reclamando de situações que podem melhorá-los, não vamos pensar duas vezes e vamos trabalhar para que eles possam ser modificados. Estamos esperando apenas as condições legais que vão dar pertinência ou não, sob o ponto de vista normativo, a esses requerimentos.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Dando continuidade a nossa sessão, em função da desistência do pedido de verificação de quórum do deputado Adolfo Viana, passo a palavra...

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Zó, por 6 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Não se pode pedir duas questões de ordem em menos de 30 minutos, Sr^a Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de Ordem, presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Eu gostaria, Sr^a Presidente – até pelo nosso gesto para a continuidade da sessão –, que a presidência fosse ocupada por um membro da Mesa Diretora, pois foi para isso que nós a elegemos...

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis:- (...) Vejo vários membros da Mesa Diretora aqui no Plenário e, por isso, gostaria que V.Ex^a requisitasse um deputado que faça parte da Mesa para assumir a presidência dos trabalhos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Sua questão de ordem será atendida.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr^a Presidente, eu quero dizer a todos os colegas deputados que eu até compreendo, já que nós elegemos uma Mesa Diretora para isso. Mas como estava um deputado aí sentado e ele solicitou que a senhora presidisse os trabalhos, achei que a atitude do deputado Sandro Régis foi, no mínimo, machista e desatenciosa à mulher deputada que está presidindo esta sessão.

Portanto, queria manifestar aqui o meu repúdio a essa atitude dele, pois a senhora está conduzindo muito bem a sessão, tem capacidade e é uma companheira aqui como qualquer outro deputado...

O Sr. Sandro Régis:- A questão não é capacidade ou não. A questão é que nós temos deputados no Plenário que integram a Mesa Diretora, e é um deles que tem de ocupar essa função. Então para que existe Mesa Diretora na Casa? Para que Mesa Diretora na Casa?

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Um momento, deputado.

Deputada Fátima, obrigada.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Sandro Régis:- É até motivo para derrubar a sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Pois não, deputado.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, eu até concordo com o deputado, já que nós elegemos a Mesa. É uma disputa, todo mundo quer ir para a Mesa, e na hora de dirigir a sessão raramente encontramos alguém disposto. Por outro lado, Regimento é claro: na falta de membro da Mesa, que a sessão seja conduzida por qualquer deputado. Então é regimental. Mas eu concordo com o argumento de V.Ex^a, deputado Sandro, e gostaria que os membros da Mesa atentassem para isso.

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Vou passar a presidência para o deputado Aderbal Caldas. Mas quero registrar que o deputado Sandro Régis tolerou a vida inteira qualquer pessoa nesta presidência, independentemente de ser da Mesa da Assembleia ou não. Acho que é mais uma atitude machista. Estou passando a presidência da Mesa para o deputado Aderbal, espero que ele seja da Mesa da Casa.

(O deputado Aderbal Fulco Caldas assume a presidência da sessão.)

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, nobre deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- A minha rápida questão de ordem é para, infelizmente, discordar do ilustre Líder da Oposição e deixar aqui o meu protesto. Por mais que eu tenha apreço a V.Ex^a, deputado Aderbal Caldas, eu preferia estar agora a mirar, a admirar a deputada Luiza Maia do que a V.Ex^a. Então eu deixo o meu protesto ao deputado Sandro Régis. O coração do deputado Carlos Geilson está a sangrar, porque ele também preferia, já me disse aqui, a deputada Luiza Maia, com todo o respeito, apreço e admiração que lhe tenho.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Obrigado. Tenho a honra de substituir a deputada Luiza Maia, que tão bem presidia a presente sessão.

Dando continuidade, com a palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, dizem, deputado Sandro Régis, que depois da tempestade vem a calmaria. Você vê que depois de tanta questão de ordem, o deputado Targino Machado sai em defesa da deputada Luiza Maia, e isso é muito bonito e raro neste Plenário. Então foi importante a intervenção de V.Ex^a para gerar esse ambiente amistoso entre o deputado Targino e a deputada Luiza Maia, que tanto se confrontaram aqui. É importante fazer esse registro.

Depois de dito isso, eu quero lembrar aqui uma fala do ator José de Abreu – deputada Fátima Nunes, observando a sua fala, vou citar aqui o ator José de Abreu –, que disse o seguinte: “O povo brasileiro vai sentir na pele o que é um governo feito pra os ricos; já se esqueceu de como era, mas o prato vazio o lembrará. É uma pena!”.

Estou falando isso diante do que a gente vê agora: fechamento de agências do Banco do Brasil e plano de demissão “voluntária” – entre aspas. Ou sai ou bota para correr, ou seja, não é tão voluntária assim. A gente já viu isso anteriormente no Banco do Brasil, no Banco do Estado e em diversas empresas públicas, e agora a gente vai ver novamente.

O Banco do Brasil e todos os outros bancos são os que têm lucro neste País. E a gente vê, deputado Paulo Rangel, que diversas agências do BB vão ser fechadas, inclusive a que vai fechar em Juazeiro localizada no Shopping Águas Center, que já funciona há muito tempo. Ela tem função importantíssima na cidade e seu fim vai desempregar. A gente está falando aqui em desemprego! São várias pessoas que vão para a tal demissão voluntária.

Demissão voluntária é mais ou menos assim: “Tem de tirar uma parte. Você quer sair ou a gente vai escolher?” Não é: “Olha, eu vou sair porque estou com o bolso cheio de dinheiro, estou cansado de trabalhar ou porque arrumei outro emprego”. Já vi diversos bancários e funcionários públicos de outras empresas, pessoas eficientes em seus trabalhos, saírem de suas empresas e entrarem em depressão, em crise financeira ou em situação de muita dificuldade.

Nessa cadeia, esse bancário que recebe o seu salário também emprega pessoas, gira o comércio de cidades. Estou falando isso aqui e tenho certeza de que nenhum

dos deputados presentes considera correto demitir pessoas. Há outros caminhos, há outras soluções. E a gente volta a dizer: a corda só arrebenta do lado mais fraco.

Repito, é inadmissível esse fechamento de agências do Banco do Brasil. E destaco que muitas cidades não têm agências; outras têm apenas postos de atendimento; em algumas, como Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes, o BB atende em horário reduzido.

Enfim, em uma série de municípios em que faço política junto com colegas da Oposição e da Situação a gente vai ter demissão de funcionários. É um caso extremamente complicado. A gente deve solicitar que o governo mude essa discussão. Se fosse uma empresa que estivesse dando prejuízo, mas banco não dá prejuízo.

Sandro Régis, por favor.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a traz uma discussão criticando a situação do Banco do Brasil. Gostaria também de que V.Ex^a usasse dessa mesma forma para criticar a Desenbahia, a Conder, a CERB, a EBDA, o Derba, as Dires e as Direcs que foram fechadas e muitos funcionários nem receberam suas rescisões. Aí V.Ex^a não usa a tribuna para falar. A Ebal também está sendo fechada...

O Sr. ZÓ:- Pronto, vamos debater, deputado!

O Sr. Sandro Régis:- (...) diversos órgãos estão incentivando os funcionários a se aposentarem voluntariamente. Aí V.Ex^as não usam a tribuna...

O Sr. ZÓ:- Se o senhor deixar eu falar, meu tempo está acabando...

O Sr. Sandro Régis:- (...) Agem como deputados federais, mas V.Ex^as deveriam discutir...

O Sr. ZÓ:- Meu tempo está acabando, eu posso falar?

O Sr. Sandro Régis:- (...) as mazelas do Estado da Bahia.

O Sr. ZÓ:- Tenho pouco tempo, quero falar.

O Sr. Sandro Régis:- O.k.

O Sr. ZÓ:- Falei aqui de uma empresa que dá lucro, o Banco do Brasil. Se alguém concorda que tem de demitir, aí é um direito da pessoa.

Deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Zó, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e discordar desse competente e aguerrido Líder da Oposição, deputado Sandro Régis. A grande diferença é justamente essa, deputado Zó, o Brasil é um dos poucos países onde bancos públicos são feitos para dar lucro. É um absurdo que o Banco do Brasil registre nos seus balanços ganhos bilionários, enquanto a população que mais precisa fica a mercê da prestação desse serviço. Isso é um absurdo, precisamos começar a rever essa sanha arrecadadora dos bancos no Brasil.

O Sr. ZÓ:- Vou encerrar o meu discurso dizendo que protesto pelo fechamento das agências do Banco do Brasil nas cidades do interior do Brasil, principalmente na minha cidade, Juazeiro. E também protesto em relação aos bancos que atendem em horário reduzido em Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Feira de Santana e em outras cidades da Bahia e do Brasil. E digo que o Banco do Brasil lucra o suficiente para não precisar fazer contingenciamento de recursos e de despesas, jogando a

responsabilidade nas costas dos trabalhadores ao querer que solicitem demissão voluntária. É assim: “Ou saem ou botamos pra correr; vocês que escolhem”.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados José de Arimatéia e Adolfo Viana, respectivamente, por 6 e 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia por até 6 minutos.

O **Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA**:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, *TV Assembleia*, quero registrar alguns recados importantes para serem compartilhados com V.Ex^{as}.

Ontem, tivemos nesta Casa um ato de conscientização sobre as patologias referentes ao mês de novembro, também lembrado como Novembro Azul e Negro. O evento teve como tema o diabetes, o câncer de próstata, a doença falciforme, além das complicações que levam à estomia. A mobilização foi realizada pela sexta vez consecutiva e beneficiou cerca de 400 pessoas com aferição de pressão arterial e glicemia capilar, além de distribuição de preservativo.

Como vice-presidente da Comissão de Saúde e presidente da Frente Parlamentar de Saúde não poderia deixar passar em branco esse ato que realizamos nesta Casa. Peço que os órgãos competentes possam fazer essas ações sistematicamente. Não só esta Casa, mas os outros órgãos do próprio governo do Estado.

Em relação à questão da próstata, tenho um relato a fazer que é preocupante. Na cidade de Feira de Santana, do ano passado para cá, os índices de casos de próstata aumentaram 400%. Sr. Presidente, isso é preocupante; mostra que falta conscientização, principalmente, dos homens. Isso é a falta de políticas públicas com relação à saúde. Diante desse número, cabe uma atenção redobrada do poder público municipal e, sobretudo, do poder público estadual.

E também ontem, com o presidente da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa e o deputado Reinaldo Braga, visitamos o HGE 2. Encaminhei um ofício à Comissão de Saúde para que os parlamentares pudessem conhecer essa nova estrutura do HGE 2 – estive na inauguração, mas essa comissão precisava conhecer as novas instalações. Diga-se de passagem, é uma estrutura top de linha, pois está preparado para atender os problemas de saúde de alta complexidade. Houve um avanço da Bahia com esse HGE 2.

Sr. Presidente, ontem à noite participei da cerimônia de entrega do Prêmio Ser Humano, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Bahia), que é um reconhecimento de cases de sucesso na área de gestão de pessoas.

Esse evento é muito importante. Podemos ver a valorização do profissional nas empresas que prestam serviço no Estado da Bahia.

E também não poderia deixar de registrar que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil. Estima-se que ocorrerão cerca de 12.600 novos casos dessa doença em crianças e adolescentes no Brasil em 2016 e 2017.

Já hoje pela manhã, na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, realizamos o ato de posse dos membros da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infanto-Juvenil. Como defensor da causa da criança e do adolescente, me senti no dever de abraçar e dar corpo a essa iniciativa que visa, além da prevenção e eliminação do trabalho infantil indiscriminado, a qualificação dos jovens para o futuro ingresso no mercado de trabalho.

E aí, Sr. Presidente, quero dizer da importância dessa Frente, porque na Bahia temos 43 mil vagas que poderiam ser ocupadas por menores aprendizes. Para que V.Ex^a tenha ideia, Sr. Presidente, as empresas de pequeno e grande porte não estão cumprindo a Lei nº 10.097/2000, aprovada há 16 anos, que determina que elas são obrigadas a contratar jovens como menores aprendizes.

Quero registrar que tivemos essa audiência pública de muita importância. O deputado Pedro Tavares é vice-presidente dessa Frente Parlamentar e o deputado Sidelvan Nóbrega, 2º vice-presidente. Nós temos certeza de que com essa Frente a Bahia sai na frente dos nove Estados do Nordeste. Todos estão mobilizados a cobrar do governo federal esse apoio para que a Lei nº 10.097/2000, que completa 16 anos em dezembro, seja cumprida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi aqui atentamente, deputado Rosemberg Pinto, algumas críticas ao ministro Geddel por parte do Partido dos Trabalhadores. Gostaria de prestar a minha solidariedade ao ministro.

Devo dizer que V.Ex^{as}, quando Geddel era ministro do presidente Lula, o elogiavam e diziam que ele era o melhor ministro do governo. Inclusive, isso foi dito pelo próprio ex-presidente Lula. Agora, V.Ex^{as} chamam o ministro Geddel de golpista e começam a atacá-lo. É uma prova clara de que o Partido dos Trabalhadores usa o discurso da conveniência.

Agora, passando para um assunto para o qual espero contar com o apoio da Bancada do Partido dos Trabalhadores...

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a bate no PT e quer o nosso apoio?!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg Pinto, é um projeto de lei bom para o Estado da Bahia, tenho certeza de que V.Ex^{as} não ficarão contra.

Veja qual a proposta desse projeto: utilizar os créditos de milhas, que hoje vão para as pessoas físicas, para instituir um fundo, ligado à Secretaria de Esporte. Ou seja, todas as passagens aéreas compradas pelo Estado da Bahia gerariam créditos de milhas para esse fundo. Isto para que a Secretaria de Esporte do Estado possa fomentar e estimular o esporte amador. Em nosso Estado. Agora, para que isso aconteça de maneira mais rápida, é importante que o Líder do Governo, deputado Zé Neto, assine a dispensa de formalidade. Nós já temos um requerimento com a assinatura do Líder da Oposição, basta apenas que o Líder do Governo, deputado Zé Neto, também assine essa dispensa de formalidade para que possamos votar esse projeto e para que a Secretaria de Esporte do Estado da Bahia tenha condição de estimular o esporte amador no Estado. É um projeto justíssimo. Tenho certeza de que contarei com o apoio de todos os parlamentares desta Casa. Aprovando este projeto, estaremos, com certeza, ajudando o nosso Estado a se desenvolver.

Percebam V.Ex^{as} que o nosso País sediou a Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro. Ficamos longe de ter o número de medalhas que gostaríamos. Mas, para que isso aconteça, é importante que medidas como essa sejam adotadas. O nosso esporte amador tem todo tipo de dificuldade, e os nossos atletas têm dificuldade de se deslocar a outros estados e outros países para disputar as competições e se aperfeiçoar. Uma vez que este projeto seja votado por esta Casa, estaremos criando condições para que estes jovens promissores possam disputar todas as etapas em todo o território nacional e internacional.

Portanto, fica aqui o meu pedido ao deputado Zé Neto, já temos a assinatura do Líder Sandro Régis. Não encontrei neste Parlamento nenhum deputado que fosse contrário a este projeto. Portanto, não vejo porque esperaremos. Acho que o deputado Zé Neto deve assinar essa dispensa de formalidade. E, se possível, Sr. Presidente, gostaria de incluir – com a assinatura do deputado Zé Neto – este projeto, para que ele possa ser votado ainda nesta quarta-feira.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e Líder da Maioria ou Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 6 minutos; o deputado Zé Raimundo, pelos 6 minutos restantes.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subi aqui, deputado Adolfo, até para falar, e falarei também, de um outro tema.

Não sei se juridicamente é possível fazer isso que V.Ex^a coloca. Mas eu queria estender também ao Poder Legislativo: as passagens dos deputados e de todos os funcionários do Poder Legislativo e, se possível, do Judiciário. Eu acho que vale para todo mundo. Eu queria, então, se for possível, fazer essa emenda. Assino o projeto. Acho que dispensa mesmo. Acho que estamos precisando dar exemplo.

Achei o discurso de hoje do deputado Targino Machado corajoso! Um discurso coerente! Se eu pudesse, inclusive, assinaria embaixo. É aquilo mesmo: não dá para ser do Judiciário, corrupto, ladrão e se aposentar compulsoriamente. O camarada é da Petrobras, do Banco do Brasil, ou da iniciativa privada, comete um deslize e é demitido por justa causa; o do Judiciário, do Ministério Público, ele é agraciado. E, quando se vai discutir uma lei anticorrupção, não quer que se toque no Judiciário e no Ministério Público de forma alguma, inclusive não quer que se atribua qualquer responsabilidade em relação a alguns crimes. Vamos passar este País a limpo, mas passar mesmo.

Essa questão do teto é gravíssima. Mas não vai ficar só no Judiciário, não: vai pegar gente do Executivo, vai pegar gente também aqui da Assembleia Legislativa – vale para todo mundo, vai valer para deputado! Tem deputado que é aposentado e recebe salário de deputado também aqui. Vai valer para todo mundo. É bom que a gente tenha essa clareza.

Não podemos aqui, também, aprovar coisas e não levar adiante. Se é para aprovar, é para levar a sério. Não dá mais para fazer comissão de brincadeira nesta Casa, como a Comissão do Regimento. Eu estou nesta Casa há 4 mandatos, desde que eu entrei aqui tem uma comissão, deputado Luiz, para alterar o Regimento desta Casa. Eu não vi alteração de uma vírgula até hoje.

Então, vai se criar agora uma comissão da Assembleia Legislativa, e é bom que chegue nos Tribunais de Contas também. Aliás, nós precisamos disso aqui, porque esta Casa tem se omitido em relação a fazer uma avaliação séria das contas dos Tribunais de Contas. Eu ainda não vi essa discussão acontecer aqui da forma que deveria acontecer. Isso tem que ser feito. Eu acho que, a partir de agora, nós temos que cobrar dos relatores de prestação de contas dos Tribunais de Contas a distribuição de relatório, para que a gente saiba o que está votando.

Então, eu acho que tanto a lei que está sendo proposta aqui, o projeto lei, tem que ser abrangente para todos os Poderes. Talvez outras coisas também: não sei se são só milhas, não. É bom que a gente até pense se há algumas regalias que nós temos, quanto a agentes públicos ou agentes políticos, que o ser humano normal não tem, que o trabalhador normal não tem, para que a gente repasse realmente para a sociedade, assim como em relação aos salários também. Eu acho que pau que dá em Chico vai ter que dar em Francisco; vai ter que valer para todo mundo; o risco que corre o pau corre o machado.

Então, está na hora de se passar a limpo, e a gente tem que começar fazendo o dever de Casa. Por exemplo, nós demos um grande exemplo para a sociedade quando acabamos, aqui, o nepotismo. Esta Casa é um exemplo para o País todo em relação a esse aspecto. Mas nós sabemos que tem nepotismo no governo do Estado ainda! Tem! (Deputados falam fora do microfone.) Ou tinha... tinha ou tem. Eu, inclusive, aponte, fiz o meu dever: denunciei à Ouvidoria. Espero que não tenha mais. Mas, esta Casa, muitas vezes, fica silente em relação a algumas coisas. Isso não pode acontecer.

Então, vamos fazer também o nosso dever de casa. Assino o projeto de V.Ex^a, que está de parabéns. Se juridicamente não for possível, eu acho que cabe a V.Ex^a,

que foi brilhante nesse pensar, orientar as companhias aéreas para que, ao emitirem passagens a instituições jurídicas, as milhas possam ser computadas também para essas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao deputado, professor, doutor, ex-reitor da universidade de Vitória da Conquista, Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, muito obrigado por suas palavras.

Mas eu gostaria de manifestar o meu repúdio e a minha indignação com relação ao fechamento de uma agência bancária importante em Vitória da Conquista, que é a agência Régis Pacheco, do Banco do Brasil.

É claro que estamos vivenciando uma crise fiscal do Estado brasileiro, e que se estende pelos municípios. Naturalmente, essa crise vai exigir do mundo da política soluções, busca de alternativas, mas na linha, também, do incremento do emprego e da renda do povo brasileiro. Aliás, como fez o presidente Lula, que, a partir de 2003, construiu uma agenda de inclusão social, dando a oportunidade para que milhões e milhões de brasileiros pudessem ter acesso a um benefício, a um programa social, como o Minha Casa Minha Vida, o Luz para Todos, o Pronaf, a valorização do salário mínimo, a extensão da aposentadoria para o homem do campo, e tudo isso, dentre tantas outras políticas, resultou no crescimento da renda do brasileiro.

Agora, na crise econômica mundial que se abateu sobre a América Latina e que chegou ao Brasil, a presidente Dilma fez tudo, através de políticas macroprudenciais e de políticas de incentivo ao mercado interno, e mesmo assim não foi suficiente. Estamos, hoje, já com 6, 7 meses do governo Temer, com o aprofundamento da crise.

Com relação a Vitória da Conquista, não é só o Banco do Brasil. Estão anunciando lá o fechamento da agência dos Correios que fica, exatamente, no Shopping da Cidade, um grande shopping, e estão fechando uma agência que dá lucro.

Queria, aqui, fazer referência ao candidato do PMDB que ganhou as eleições em Vitória da Conquista. Ele anunciava que, até então, Vitória da Conquista não fora prestigiada e que não tinha uma representação, e que com ele, o ministro Geddel e o irmão dele, o deputado federal Lúcio Vieira Lima, e Padilha Conquista seria forte, que teria a presença do governo federal, coisa que, no discurso dele, nós, do PT, não teríamos conseguido junto aos nossos aliados.

Mesmo antes de tomar posse ele já entrega dois presentes de grego a Vitória da Conquista: o fechamento da agência Régis Pacheco do Banco do Brasil, e já existe o anúncio, também, do fechamento de uma grande agência do Correio. Essa, sem dúvida, vai ser a tônica do próximo ano.

E as lideranças que ele começou levando no início da campanha, quando o Cunha foi grampeado e se anunciou a possibilidade de outra denúncia, ele retirou da propaganda eleitoral.

Eu sou daqueles que não vou torcer para Vitória da Conquista cair no desalento e na desorganização. Eu não vou falar mal de Vitória da Conquista. Vou fazer uma oposição leal, e tudo que for de bom para Vitória da Conquista estarei, com o meu mandato, com o mandato do deputado federal Valdenor Pereira, trabalhando pela cidade.

Os compromissos do governador Rui Costa, como a conclusão do aeroporto, que já se licitou o terminal, a Barragem do Catolé, que é a grande obra de infraestrutura hídrica para a cidade, dentre outras ações, como a ampliação do Hospital de Base, nós defenderemos. E trabalharemos para que Vitória da Conquista continue crescendo e sendo uma cidade de referência.

Por isso, Sr. Presidente, é lamentável que a terceira maior cidade da Bahia, segunda do interior, que está entre as melhores para se viver e morar do Norte e Nordeste, em que pesem outras cidades importantes do nosso Estado, seja agredida, perdendo duas importantes instituições, que são a agência do Banco do Brasil e uma agência dos Correios.

E também a Caixa Econômica, pelo que estamos lendo nos jornais, já começa a fazer estudos, e é muito provável que agências também da Caixa sejam fechadas na Bahia e em Vitória da Conquista. É o verdadeiro presente de grego que o PMDB de Conquista está já começando e anunciando para a nossa cidade.

Por isso, Sr. Presidente, é muito importante que no debate sobre a crise econômica, a crise política, levemos em consideração, possamos, é claro, ajustar as finanças públicas, melhorar a racionalidade do Estado. Nenhum prefeito, nenhum governador vai querer o seu Estado desorganizado, porque o pior governo é o governo desorganizado, mas também que não estimule o desemprego, que não estimule, naturalmente, a depressão econômica.

Por isso o nosso protesto e a nossa solidariedade aos trabalhadores e aos bancários do Banco do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- (...) Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, antes de formular a minha questão de ordem, eu gostaria, inicialmente, de convocar este Parlamento, nós que temos tantos problemas aqui na Bahia a serem resolvidos, tantos projetos de lei aqui em andamento, tantos projetos a serem apreciados, a voltarmos as nossas atenções para as

discussões das questões, preferencialmente àquelas atinentes a nossa Bahia, ao nosso Parlamento e a situações que aqui podemos resolver.

Eu queria, neste instante, baseado nesse pensamento, dizer que estou apresentando um projeto de lei complementar que altera exatamente a Lei Complementar nº 06, que é aquela Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios.

O que se pretende alterar com esse nosso projeto de lei? Nós buscamos adequar o julgamento das contas do Tribunal de Contas com o novo Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento, os prazos e, principalmente, a valorização dos advogados nesses processos.

O Tribunal de Contas, que é o órgão auxiliar, e aqui também nesse projeto de lei nosso tratamos sobre isso, adequando aquilo que o Supremo Tribunal decidiu na questão do julgamento das contas dos prefeitos e das câmaras de vereadores, para que seja esse Tribunal trazido à realidade hoje e que permita que ele tenha o devido processo legal, o contraditório, o respeito às regras pertinentes do novo Código de Processo Civil com respeito à função dos advogados nesse processo.

Aqui, também trazemos uma questão que achamos essencial no julgamento das contas, que é a sua reapreciação por um órgão diferente daquele que julgou as contas. Aqui, nós fazemos o que as Câmaras, as duas Câmaras que já existem no Tribunal, sejam as competentes para, em primeiro momento, apreciar as contas tanto da Câmara como da Prefeitura e das suas deliberações. Se houver pedido de reconsideração que seja encaminhado ao Pleno daquele Tribunal para assim, com novos juízes, num novo ambiente, ser revista aquela decisão, ou mantida ou modificada.

Nós também trazemos modificação na questão que diz do tempo e do lugar dos atos processuais como está no Código de Processo Civil. Acho e entendo que se esta Casa não teve andamento na Comissão criada pelo presidente, que para aqui se encaminhou para apreciação da reestruturação ou da extinção do Tribunal de Contas dos Municípios. Parece-me que a Comissão já não funciona mais. Nós poderíamos, já que ela não vai ser levada avante, apreciar tanto a emenda constitucional que já apresentei anteriormente nesse sentido, mas também as alterações que aqui apresento em 9 artigos, desdobrados em diversos incisos e parágrafos, entendendo que estaremos contribuindo e muito para o funcionamento do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

A nossa questão de ordem, Sr. Presidente, seria para a verificação de quórum, mas, dada a solicitação do nosso Líder, eu a retirarei, não a farei.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Sandro Régis e Carlos Geilson por 6 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, venho, em nome da Bancada de Oposição, em nome de todos os nossos parlamentares, declarar total apoio ao ministro Geddel Vieira Lima. Entendemos que o ministro Geddel Vieira Lima tem uma participação importantíssima no Governo Federal em prol do Brasil e em prol da Bahia. Ontem, houve uma grande prova quando o presidente do Senado, o presidente da Câmara dos Deputados, diversos ministros, deram apoio ao ministro Geddel.

O ministro, ao longo de sua carreira, tem a característica de amar e trabalhar pelo seu Estado. Quando ministro da Integração só foi atacado por trazer obras e recursos para desenvolver a Bahia. Aqui nós vemos os deputados do PT, essencialmente, subir a esta tribuna para atacar, esquecendo eles que o seu partido e muitos integrantes vem passando ao longo desse processo político, esquecendo que a presidente Dilma sofreu o impeachment pela Câmara, pelo Senado, aprovado por quase 75% do povo brasileiro.

Esta Casa devia discutir os graves problemas da saúde que o Estado da Bahia apresenta. Esta Casa devia discutir os problemas da Segurança Pública, sendo a Bahia hoje, proporcionalmente, o Estado mais violento do Brasil. E, aí, a Bancada do Governo se cala! A Bancada do Governo se cala e muitas vezes faz pouco quando nós, deputados de Oposição, trazemos os problemas graves que o Estado enfrenta.

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o Líder do PMDB, meu amigo pessoal, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu Líder, nosso Líder deputado Sandro Régis, queria parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que V.Ex^a tem razão. O governo do PT busca tirar o holofote para esquecerem os graves problemas que este Estado tem: sérias dificuldades na área da Segurança Pública, sérias dificuldade na área da Saúde. As estradas da Bahia, hoje, estão intransitáveis. Basta ver diversos municípios. Está aqui o deputado Hildécio Meireles que, recentemente, fez um pronunciamento falando das péssimas condições da BA-001, um trecho importante para o turismo.

Então, acho que esta Casa tem que se debruçar sobre muita coisa, há muita coisa para nos debruçarmos, mas, agora, ficam querendo tocar nessa questão e esquecer, verdadeiramente, as mazelas do governo estadual.

Quero parabenizar V.Ex^a, deputado Sandro Régis, pelo grande pronunciamento que faz nesta Casa, mais uma vez, e parabenizá-lo pela condução da nossa Bancada, o que sempre faz com muita competência.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- A imprensa trouxe esta semana uma denúncia grave contra o coordenador, hoje, e ex-governador, Jaques Wagner, e nem por isso a Oposição veio à tribuna para fazer politicagem, porque nós entendemos o momento que o País está vivendo.

Agora, o governo do PT, especialmente os deputados do PT na Assembleia, não tem o que mostrar para o Estado da Bahia por ser um governo píffio, um governo que não atende às necessidades dos baianos, por ter sido reprovado nas eleições municipais.

E o PT foi, praticamente, dizimado em todas as capitais do País, ganhando apenas em Rio Branco. E no 2º turno foi o partido mais derrotado das eleições.

Então, começam a querer fazer discursos para fugir dos problemas que o nosso Estado está vivendo.

Vamos discutir a Bahia! Vamos discutir a educação! Vamos discutir a segurança pública! Vamos discutir, deputado Euclides, os problemas graves que este Estado apresenta. Dos assuntos nacionais, a Assembleia também, claro, tem que participar, mas é a esfera da Câmara Federal.

Para registrar, Sr. Presidente, apenas reafirmando que a Bancada da Oposição hipoteca 100% de apoio ao ministro Geddel Vieira Lima!

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre representante da cidade de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores nas Galerias, colegas, amigos da imprensa, telespectadores do Canal *TV Assembleia*.

(Lê) “Imaginem uma polícia que consegue abordar 40 mil pessoas e cerca de 16 mil veículos em apenas um dia. Isso mesmo: 40 mil pessoas e 16 mil veículos em apenas um dia!!

Essa incrível proeza está sendo anunciada pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia. Essa estatística é uma prova da impotência e do desespero do governo baiano diante da crescente criminalidade em nosso Estado.”

Eu diria, meu caro deputado Rosemberg, que é tragicômica.

(Lê) “A Polícia Militar está anunciando que, em pouco mais de 10 meses (de janeiro ao dia 10 deste mês de novembro), fez 12 milhões de abordagens a pessoas em operações realizadas em todo o Estado. Vejam bem: 12 milhões de abordagens a pessoas em 10 meses. Ou seja, a polícia baiana conseguiu fazer 1 milhão e 200 mil abordagens em um mês, ou 40 mil abordagem por dia, segundo dados divulgados em matéria publicada no site da Secretaria da Segurança Pública no dia 14 deste mês.

Isso significa que o correspondente a 80% da população da Bahia foi parada e revistada pela polícia em menos de 1 ano, o que é um dado extremamente surpreendente, que, certamente, bate todos os recordes mundiais de abordagem policial. Peço desculpas à Polícia Militar, uma instituição séria a serviço da população, mas não tem como, matematicamente, levar esses dados a sério. Meu discurso aqui não é dizendo que a PM não trabalha, é para dizer que esses números divulgados pela Secretaria da Segurança Pública são irreais! São surreais!

A mesma matéria fala em 5 milhões de veículos abordados. Esse número corresponde a toda a frota da Bahia, que era de 3 milhões e 760 mil veículos até setembro deste ano, conforme números do Departamento Nacional de Trânsito, mais alguns veículos de outros estados que circularam pela Bahia no período das abordagens da PM.

Mesmo que uma mesma pessoa e um mesmo veículo estejam sujeitos a mais de uma abordagem, essa estatística é esdrúxula, é um absurdo, chega a ser ridícula, principalmente quando sabemos que a PM não tem mais do que 4 policiais na maior parte dos municípios baianos, onde também não ocorrem blitzes.

E mais uma vez digo à PM que não desconfio do trabalho mas os números não correspondem à realidade e não temos como levar em consideração números tão gigantescos, principalmente quando estamos assistindo a um Estado dominado pela criminalidade e os policiais impotentes, sem armamento adequado, sem o número ideal de viaturas, e, principalmente, sem um serviço de inteligência que saia na frente na ação de combate à bandidagem.”

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é risível dizer que foram realizadas 12 milhões de abordagens na Bahia em 10 meses, o que corresponde a 1 milhão e 200 mil abordagens por mês.

Alguém acredita nesses números da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia? Alguém acredita que 5 milhões de veículos foram abordados na Bahia em 10 meses? Alguém acredita que 40 mil pessoas foram abordadas na Bahia em um dia? Alguém acredita que 16 mil veículos foram vistoriados em apenas 1 dia? Alguém acredita nesses números da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará por 6 minutos o deputado Aderbal Caldas, e por 7 minutos, o deputado Joseildo Ramos, que é muito mais importante que Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Aderbal Caldas, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ABERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje é o 1º aniversário do passamento, da morte do grande líder e ex-governador da Bahia, o Sr. Antônio Lomanto Júnior.

Permitam-me ler a presente Moção:

(Lê) *“O Deputado infra-assinado requer, após tramitação regimental, sejam consignados VOTOS DE SAUDADE pelo transcurso do 1º aniversário do falecimento do ex-Governador ANTÔNIO LOMANTO JÚNIOR, em 23 de novembro de 2016.*

É com profundo pesar que a classe política baiana lembra o primeiro aniversário do falecimento do ex-Governador Antônio Lomanto Júnior, ocorrido em 23 de novembro de 2015.

Natural de Jequié, Bahia, onde nasceu em 29 de novembro de 1924, o conceituado político era filho de Antônio Lomanto e da senhora Almerinda Miranda Lomanto. Ainda durante sua vida estudantil demonstrou sua vocação para a política. Em 1946, aos vinte e dois anos, formou-se em Odontologia, tendo sido o orador da turma.

Retornando à terra natal, durante algum tempo exerceu a profissão, logo ingressando na vida política local, tendo sido eleito vereador (1947 a 1950). Aliando-se ao governador Otávio Mangabeira, elegeu-se Prefeito de Jequié, exercendo o mandato entre 1951 e 1955, tendo retornado ao mesmo cargo entre 1959 até 1963, oportunidade em que defendeu, com veemência, o movimento municipalista, inclusive sendo eleito para presidir a Associação Brasileira dos Municípios.

Sob a bandeira municipalista, foi eleito Deputado Estadual, exercendo seu mandato entre 1955 a 1959. Lançou-se candidato ao governo da Bahia, vencendo as eleições realizadas ao final do ano de 1962, sendo até os dias atuais o mais jovem Chefe do Poder Executivo em nosso estado, com apenas 37 anos. Exerceu o mandato entre sete de abril de 1963 até 15 de março de 1967. Nessa ocasião, realizou obras que muito beneficiaram a Bahia, a exemplo da implantação do Centro Industrial de Aratu, reconstrução do Teatro Castro Alves, a abertura da Avenida do Contorno, além de inaugurar importantes estradas de rodagem, entre as quais a interligação asfáltica das cidades de Feira de Santana a Juazeiro, e promoveu a junção dos sistemas elétricos Paulo Afonso/Funil.

Sempre por meio de eleições, foi eleito Deputado Federal para o período de 1975 a 1978 e Senador para a legislatura de 1979 a 1987. Encerrou sua vida pública como Prefeito de Jequié, pela terceira vez, com mandato entre 1993 a 1996.

Não apenas à Bahia, mas a todo o Brasil, Antônio Lomanto Júnior deixa um exemplo de trabalho e dedicação ao povo, exercendo e honrando todos os seus mandatos populares com firmeza, honestidade e o mais elevado espírito democrático. É um marco histórico em nossa vida política.

Dê-se conhecimento desta Moção à Câmara de Vereadores de Jequié, à Prefeitura Municipal de Jequié, ao Senado Federal, e à família do pranteado homem público, por intermédio de seu neto, o Deputado Estadual Leur Lomanto.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2016.

Aderbal Fulco Caldas

Deputado Estadual.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 7 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores, meu querido presidente, ouvi aqui atentamente algumas colocações com relação a determinadas acusações sobre a política.

Eu, deputado Sandro Régis, fico muito atento e tenho uma visão com relação a essa questão, e há uma tentativa muito grande de criminalização da política. E nesse processo de criminalização da política, inclusive, assumimos posições que acabam trazendo para nós a responsabilidade das mazelas. E é por conta disso que a sociedade

enxerga em todos os políticos – independentemente de ser do PT, do DEM, do PMDB ou do PSDB – figuras questionadas do ponto de vista da honestidade, da sua capacidade de interferir nas questões públicas e sociais.

Por isso, deputado Hildécio, eu acho que precisamos fazer um grande debate nesta Casa. Mas um debate sobre as questões que a sociedade entende como prioritárias sem, necessariamente, dar gás para a criminalização da política. Não podemos permitir essa questão.

Aqui hoje há um questionamento muito grande de que não vamos nacionalizar o debate. Mas nós passamos 6 anos nesta Casa com um debate nacionalizado, numa tentativa de criminalização do Partido dos Trabalhadores. Por isso, deputado Sandro, que falo que nós precisamos rever os nossos debates, porque, hoje – lá no meu interior, a gente chama de “a volta do cipó de aroeira” –, passam V.Ex^{as} a ser vidraças no plano nacional.

Então, precisamos encontrar um caminho onde a política possa ser preservada sem necessariamente ter que esconder seus problemas. Temos que trazer os problemas da política para o debate, sanar os problemas que possam acontecer a partir dela. Mas não podemos submetê-la, porque só conheço um único caminho para a solução dos problemas da sociedade no campo da materialidade, deputado Fábio Souto, que é através da política. No campo da espiritualidade é a fé em Deus, mas isso resolve os problemas da espiritualidade. Na materialidade não tem outro campo da solução dos problemas que não seja na política. E nós não podemos permitir que a política seja criminalizada como tem acontecido e muitas vezes com as nossas assinaturas.

Por isso que eu quero trazer aqui esse debate. Chamar a essa reflexão. Não podemos personalizar as questões. E aqui quero dizer o seguinte: temos que assumir a responsabilidade.

Vi hoje, deputada Maria del Carmen, uma declaração do TCU dizer que o Fies é algo que não tem qualquer tipo de eficácia ou de funcionalidade. Isso é um absurdo. São essas questões que precisamos tratar, independentemente se o Fies foi originado a partir do governo do ex-presidente Lula, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ou do atual interventor, presidente Temer. Ou seja, precisamos trazer de volta esse debate.

E é verdade o que o deputado Paulo Rangel falou aqui. Precisamos debater essas questões. Ontem, no Congresso Nacional, apareceu aquele rapazinho do Ministério Público do Paraná, para tentar pressionar os deputados para que votem – e devem votar sim – aqueles 10 itens contra a corrupção, mas que tirem a responsabilidade de juízes e de promotores. Isso é um absurdo. Nós não podemos permitir essa questão de forma calada. Nós temos que dizer que nós temos um respeito muito grande pelo Ministério Público e pelo Judiciário, mas não pode ter diferença de tratamento. E não é isso que vai inibir a Justiça de tomar sua posição e nem o Ministério Público de investigar. Agora, nós não podemos é nos submeter a dar um cheque em branco a quaisquer dessas instituições e a criminalização ser apenas no campo da política. Não podemos permitir essa questão.

E isso que o deputado Paulo Rangel falou aqui é sintomático. Um erro de um deputado, de uma deputada é a exposição pública, é a criminalização, é a cadeia. Mas um erro na Justiça é a aposentadoria compulsória de um juiz, que vai receber para o resto da vida o seu salário. Isso nós precisamos questionar. Nós não podemos aceitar que o debate seja feito trazendo a política para a “secundariedade”. Nós precisamos trazer isso para um debate real, concreto, deputado Adolfo Viana.

E quero chamar aqui a atenção. Precisamos fazer as mudanças necessárias, alterações do Regimento. Quero dizer, Sandro Régis, que passei por essa situação, outro dia, aqui, que não podemos permitir. Quero defender a deputada Luiza Maia, que foi assumir a presidência da sessão, apenas porque foi pedido. Então, nós não podemos, entre nós também, descredenciar os nossos pares. Aconteceu isso comigo e com o deputado Targino Machado. E, pelo fato de não ser da Mesa, não assumo mais isso aí, mesmo a pedido, para não passar constrangimento, como passou a deputada Luiza Maia, nesse instante, por conta do descredenciamento da política que nós estamos fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu gostaria de propor a prorrogação da sessão pelo tempo de 120 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O primeiro projeto é do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, e a Lei nº 1.267, de 27 de dezembro de 2012. É o PL 22.011, do Bahiainvest.

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones.)

Esse tem emenda? Esse tem uma emenda que está em negociação.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Essa emenda à qual o deputado Zé Neto se refere, com relação...

(Alguns deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Ah, tá...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei do Poder Executivo 22.015/2016, que altera a Lei nº 11.631 de 30 de dezembro de 2009. Esse é o que atualiza os valores relativos às taxas estaduais.

Designo para relatar a matéria, no âmbito das comissões pertinentes, o deputado Nelson Leal.

O Sr. NELSON LEAL:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, membros da Imprensa, funcionários. (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Saúde e Saneamento e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.015/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009.'*

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, projeto de lei destinado a promover alterações na Lei nº 11.631/2009, que 'dispõe sobre as taxas estaduais no âmbito do Poder Executivo Estadual.'

A proposição tem por objetivo 'acrescentar nova hipótese de isenção da taxa de prestação de serviços na área do Poder Executivo Estadual, bem como instituir a possibilidade de celebração de programa de indenização complementar à indenização prevista na Lei Federal nº 569, de 21 de dezembro de 1948, no que se refere aos abates sanitários', ao tempo em que 'atualiza os valores relativos às taxas referentes ao exercício do poder de polícia e à prestação de serviços no âmbito das Secretarias da Saúde, da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, da Fazenda e da Segurança Pública', conforme registra a Mensagem Governamental.

A proposição inclui, no inciso II do art. 5º da Lei nº 11/631/2009, a alínea k, incluindo, entre as isenções do pagamento de taxas no âmbito da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, quanto à emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA ou Documento de Transferência Animal - DTA, nas saídas internas sem intuito de comercialização. Também possibilita à SEAGRI, através da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, em relação à taxa pela emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA ou Documento de Transferência Animal - DTA, a celebração de convênios com o Fundo de Apoio à Pecuária do Estado da Bahia - FUNDAP, com o Fundo de Amparo do Desenvolvimento e Defesa Sanitária Avícola do Estado da Bahia e com os frigoríficos que possam realizar abate sanitário, a fim de instituir programa de indenização complementar à indenização prevista na Lei Federal nº 569, de 21 de dezembro de 1948, nos casos de abates sanitários.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer.”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Nelson Leal. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado nas comissões.

O Sr. Hildécio Meireles:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, eu queria fazer algumas observações em relação a esse projeto de lei, que aumenta de forma considerável as taxas impostas pelo governo do Estado, pelo Poder Executivo, nas diversas áreas, sobretudo na área da saúde.

Trouxe aqui alguns exemplos só para que cada deputado saiba o que está votando. Esse projeto de lei tramitou em regime de urgência, não tivemos oportunidade de discutir nas comissões. É um projeto que onera não só o bolso do consumidor, como, de certa forma, a atividade produtiva na área da saúde, das indústrias farmacêuticas, do comércio, da indústria, e em todas as áreas de modo geral. A maioria das taxas pelo exercício do poder de polícia sofre reajuste em mais de 100%.

Portanto, quero deixar aqui o meu protesto, já que esse projeto de lei não foi devidamente discutido nas comissões. Mais uma vez se vota um importante projeto de lei em regime de urgência, sem o direito de debater. Enfiemos goela abaixo, na verdade, não é em nós, deputados, mas no conjunto da sociedade, que será onerada com o aumento dessas taxas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Só para explicar. Há taxas, principalmente da Vigilância Sanitária, que estavam na ordem de R\$ 25, R\$ 26. Os estudos apontavam para mudanças que deveriam, a preços razoáveis, exequíveis, ser da ordem de até 500, 600, 800%. O governador estabeleceu que o máximo fosse 100% para não fugir do que estava posto de defasagem. As defasagens chegam a situações que reportam ao ano de 1979. Há reajustes têm períodos assim muito extensos.

Posso garantir a V.Ex^{as} que é um alinhamento, os preços não estão acima do que está sendo cobrado Brasil afora, ao contrário, são preços bem menores, até porque o governador disse que não se ultrapassasse o limite dos 100%, mesmo sabendo que, posteriormente, teremos que ter avaliações principalmente na Vigilância Sanitária, em que uma das fiscalizações, se não me engano, tinha a taxa em torno de R\$ 37 para fazer uma inspeção sanitária num hospital, e depois, quando se ia para a multa, era algo bem menor ainda do que se teria como razoável.

Então, é um alinhamento apenas, de valores que têm uma defasagem, em alguns casos, de décadas sem reajustamento algum, inviabilizando, inclusive, a própria função da Vigilância, a própria necessidade de que houvesse por parte de quem infringia a norma alguma sanção, algum de ônus. Havia situações em que, realmente, era mais interessante continuar agindo de forma irregular e pagando multas pequenas, em situações que eu posso garantir a V.Ex^a: vou trazer os valores exatos de cada uma dessas taxas para mostrar que tudo foi feito com toda coerência e sem nenhum exagero, apenas por necessidade da administração – posso garantir a V.Ex^a – de fazer com que as coisas públicas sejam tratadas da forma adequada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei nº 22.015/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 11.631, de 30/12/2009.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos seguintes deputados da Oposição presentes: deputado Sandro Régis, deputado Luciano Ribeiro, deputado Fábio Souto, deputado Pablo Barrozo, deputado Luciano Simões Filho, deputado Leur Lomanto, deputado Hildécio Meireles, deputado Carlos Geilson e deputado Tom. Portanto, aprovado por maioria.

PROJETO DE LEI Nº 22.015/2016

Altera a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“**Art. 5º** -

.....

II -

.....

k) no âmbito da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, quanto à emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA ou Documento de Transferência Animal - DTA, nas saídas internas sem intuito de comercialização.”;

.....

“**Art. 7º-A** - A SEAGRI, através da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, em relação à taxa pela emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA ou Documento de Transferência Animal - DTA, poderá celebrar convênios com o Fundo de Apoio a Pecuária do Estado da Bahia - FUNDAP, com o Fundo de Amparo do Desenvolvimento e Defesa Sanitária Avícola do Estado da Bahia e com os frigoríficos que possam realizar abate sanitário, a fim de instituir programa de indenização complementar à indenização prevista na Lei Federal nº 569, de 21 de dezembro de 1948, nos casos de abates sanitários.”.

Art. 2º - Os itens do Anexo I da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o subitem “1.4.1” do item “1.4”:

“1	4	1			Para uso de explosivos, a empresa de construção de estradas ou ferrovias (por quatro meses)	2.516,00” ;
----	---	---	--	--	---	----------------

II - o item “2”:

“2					TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NA ÁREA DA SECRETARIA DA SAÚDE	
2	1				LICENÇA ANUAL PARA FUNCIONAMENTO DE:	(Ver notas 1, 2 e 3 ao final deste item)
2	1	1			Indústria de: Medicamentos; Farmoquímicos; Produtos e preparados químicos diversos/precursores	1.176,00
2	1	2			Indústria de: Alimento; Água Mineral; Aditivos para alimentos; Empresa de refeição coletiva; Embalagens de alimentos; Produtos para saúde; Cosméticos, produtos de higiene e perfumes; Saneantes domissanitários; Envasamentos e empacotamento	1.370,00
2	1	3			Comércio Atacadista de: Alimento; Cosméticos, produtos de higiene e perfumes; Medicamentos; Produtos para a saúde; Saneantes domissanitários	1.408,00
2	1	4			Comércio atacadista de diversas classes de produtos:	
2	1	4	1		Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	1.410,00
2	1	4	2		Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos	640,00
2	1	5			Empresa de representação comercial	640,00
2	1	6			Transportadora de produtos de interesse da saúde	1.410,00
2	1	7			Importadora e exportadora de produtos de interesse da saúde	1.410,00
2	1	8			COMÉRCIO VAREJISTA DE:	
2	1	8	1		Mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	1.558,00
2	1	8	2		Mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados;	780,00
2	1	8	3		Mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	388,00

2	1	8	4		Cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes; Produtos para a saúde; Saneantes domissanitários domiciliar; Artigos médicos e ortopédicos; Artigos de ótica	780,00
2	1	8	5		Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas; Cantina - serviço de alimentação privativo; Alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar; Alimentos preparados preponderantemente para empresas	388,00
2	1	8	6		Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares; Serviços de alimentação para eventos e recepções - <i>buffet</i> ; Padaria e confeitaria sem predominância de revenda; Restaurante e similares	430,00
2	1	8	7		Bebidas; Doces, balas, bombons e semelhantes; Carnes; Hortifrutigranjeiros; Laticínios e frios	195,00
2	1	8	8		Mercadorias em lojas de conveniência; Produtos naturais; Peixaria	195,00
2	1	8	9		Produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	400,00
2	1	9			Drogaria	782,00
2	1	10			Farmácia de Manipulação	782,00
2	1	11			Farmácia de Homeopatia	782,00
2	1	12			Posto de Medicamento e Ervanaria	1.400,00
2	1	13			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE:	
2	1	13	1		Serviço de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	882,00
2	1	13	2		Serviço de atendimento hospitalar: até 50 leitos	1.130,00
2	1	13	3		Serviço de atendimento hospitalar: de 51 a 150 leitos	1.320,00
2	1	13	4		Serviço de atendimento hospitalar: acima de 150 leitos	1.550,00
2	1	13	5		Centros de assistência médica psicossocial para pacientes com distúrbios mentais, psíquicos e usuários de drogas	882,00
2	1	13	6		Serviço de fisioterapia	882,00
2	1	13	7		Serviço de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio (<i>home-care</i> , serviço de atendimento médico hospitalar no domicílio)	882,00
2	1	13	8		Serviço Assistencial ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	1.324,00

2	1	13	9			Serviço Assistencial ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	1.324,00
2	1	13	10			Serviço Assistencial ambulatorial restrita a consultas	882,00
2	1	13	11			Serviço de práticas integrativas e complementares em saúde humana (aromaterapia, cromoterapia, <i>do-in</i> , massoterapia, <i>reiki</i> , <i>rolfing</i> , <i>shiatsu</i> , terapias com florais, indiana, reichiana, alternativas e não tradicionais)	882,00
2	1	13	12			Serviço de Atendimento de Urgência e Emergência	1.200,00
2	1	13	13			Serviços e clínicas de reprodução humana assistida	1.324,00
2	1	13	14			Serviço odontológico - Clínicas	1.324,00
2	1	13	15			Serviço odontológico - Consultório	1.200,00
2	1	13	16			Banco de leite humano	900,00
2	1	13	17			Clínicas e residências geriátricas	882,00
2	1	13	18			Centros de reabilitação para dependentes químicos com alojamento e instituição para incapacitados com internação	882,00
2	1	13	19			Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	882,00
2	1	13	20			Centros de convivência	400,00
2	1	13	21			Casa/Centro de parto natural	600,00
2	1	13	22			Laboratório de anatomia patológica e citológica	1.324,00
2	1	13	23			Laboratório de alimento e água	1.324,00
2	1	13	24			Laboratório clínico	1.324,00
2	1	13	25			Laboratório de biologia molecular	700,00
2	1	13	26			Laboratório de prótese dentária	500,00
2	1	13	27			Laboratório de toxicologia	700,00
2	1	13	28			Posto de coleta de amostras biológicas	1.324,00
2	1	13	29			Residência terapêutica e comunidade terapêutica	400,00
2	1	13	30			Serviços de acupuntura	500,00
2	1	13	31			Serviços de RPG	500,00
2	1	13	32			Serviços de Banco de Células e tecidos humanos (banco de olhos, banco de tecidos germinativos, banco de terapia celular e afins)	1.324,00
2	1	13	33			Serviços de diálise	1.324,00
2	1	13	34			Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia (radiologia médica, raios X odontológico, densitometria, litotripsia, mamografia, radiodiagnóstico e outros)	1.324,00

2	1	13	35		Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética (ultrassonografia e exames ecosonográficos)	1.324,00
2	1	13	36		Serviços de diagnóstico por registro gráfico (eletrocardiograma, eletroencefalograma, ecocardiograma, ergometria, audiometria, fonocardiograma, polissonografia e outros análogos)	1.324,00
2	1	13	37		Serviços de diagnóstico por métodos ópticos (endoscopia e outros exames análogos)	1.324,00
2	1	13	38		Serviços de enfermagem, nutrição, psicologia e psicanálise, terapia ocupacional, fonoaudiologia, e outros afins	882,00
2	1	13	39		Serviços de espirometria e exames de função pulmonar	1.324,00
2	1	13	40		Serviços de Esterilização ou reprocessamento de materiais e artigos por óxido de etileno (ETO), Plasma e outras tecnologias específicas	1.324,00
2	1	13	41		Serviços de hemoterapia (Hemocentros, institutos de hemoterapia)	1.324,00
2	1	13	42		Serviços de hemoterapia (Agência Transfusional-AT, Unidade de Coleta e Transfusão-UCT, Unidade de Coleta-UC, Central de triagem laboratorial de doadores)	1.324,00
2	1	13	43		Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel (SAMU, serviços aeromédicos, unidades móveis terrestres, aéreas, fluviais e marítimas; ambulâncias com assistência médica)	800,00
2	1	13	44		Serviços de nutrição enteral e parenteral	800,00
2	1	13	45		Serviços de oxigênio terapia hiperbárica	900,00
2	1	13	46		Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências (ambulância com assistência de enfermagem)	300,00
2	1	13	47		Serviços de medicina nuclear	1.324,00
2	1	13	48		Serviços de tomografia, ressonância magnética	1.324,00
2	1	13	49		Serviços de UTI móvel por veículo terrestres, aéreas, fluviais e marítimas	900,00
2	1	13	50		Serviços de vacinação e imunização humana	900,00
2	1	13	51		Serviços de UTI Neonatal	900,00
2	1	13	52		Serviços de UTI Pediátrica	900,00
2	1	13	53		Serviços de UTI Cardiológica	900,00
2	1	13	54		Serviços de UTI Adulto	900,00

2	1	13	55		Serviço de Unidades Móveis de assistência à saúde com serviço de imagem (Ex.: Raio-X , Mamografia, Tomografia, etc.)	900,00
2	1	13	56		Serviço de Unidades Móveis de assistência à saúde sem serviço de imagem	600,00
2	1	13	57		Serviço de Unidades Móveis de assistência à saúde com atendimento cirúrgico	900,00
2	1	13	58		Serviço de optometria	400,00
2	1	14			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS - Clínicas veterinárias (por consultório, mais serviços)	
2	1	14	1		Consultório veterinário	400,00
2	1	14	2		Hospital veterinário	1.200,00
2	1	14	3		Serviços de radiodiagnóstico veterinário	900,00
2	1	15			PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COLETIVOS E SOCIAIS	
2	1	15	1		Albergues	400,00
2	1	15	2		Atividades de serviços de beleza e de atividades de condicionamento físico, compreendendo:	
2	1	15	2	1	Academia de ginástica, musculação; Aeróbica, alongamento, <i>fitness</i> , hidroginástica, ioga, pilates e outros	665,00
2	1	15	2	2	Atividades de serviços de beleza (tratamento de pele, depilação, maquiagem, serviços de estética, bronzeamento artificial, <i>peeling</i> , SPA sem serviço de alojamento, etc.)	665,00
2	1	15	2	3	Massagem e relaxamento	665,00
2	1	15	2	4	Salão de beleza, serviços de manicuros e pedicuros	665,00
2	1	15	3		Atividade de sauna e banhos	1.252,00
2	1	15	4		Captação, tratamento e distribuição de água	600,00
2	1	15	5		Clubes sociais, recreativos e esportivos, piscina de uso público, casas de espetáculos, boates e similares; Campings e afins	580,00
2	1	15	6		Distribuição de água por caminhões (carro-pipa, etc.)	600,00
2	1	15	7		Serviço de Educação Infantil - Creches	400,00
2	1	15	8		Serviço de dedetização e limpeza de fossa, Controle de pragas urbanas	470,00
2	1	15	9		Estação rodoviária, ferroviária e hidrovária	400,00
2	1	15	10		Gestão e Manutenção de cemitérios	388,00
2	1	15	11		Serviço de lavanderia comercial, industrial e	388,00

							tinturaria	
2	1	15	12				Serviço de lavanderia hospitalar	600,00
2	1	15	13				Orfanatos	400,00
2	1	15	14				Serviços de Cremação de corpos e ossos	580,00
2	1	15	15				Serviços de Conservação e Embelezamento	600,00
2	1	15	16				Serviços de Tanatório	600,00
2	1	15	17				Comércio de produtos derivados do Tabaco (Tabacarias, charutarias e congêneres)	400,00
2	1	15	18				Unidade Prisional/Unidade de Atendimento Sócio Educativo	400,00
2	1	15	19				Serviços de hotelaria (Hotéis, pousadas e motéis, SPA com serviço de alojamento, apart hotel, etc. - POR CÔMODO, sem prejuízo das taxas devidas por outras atividades praticadas pelo contribuinte)	20,00
2	1	15	20				Serviços de tatuagem e colocação de <i>piercing</i>	400,00
2	1	16					VEÍCULO DE TRANSPORTE (compartimento de armazenamento) - (por veículo)	
2	1	16	1				Demais transporte de produtos de interesse da saúde	80,00
2	1	16	2				Transporte de alimentos, produtos alimentícios, refeições prontas	100,00
2	1	16	3				Transporte de produtos médico hospitalares, medicamentos e material biológico	200,00
2	2						VISTORIA OU INSPEÇÃO SANITÁRIA, DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE PARA EFEITO DE LICENCIAMENTO OU RENOVAÇÃO SANITÁRIA	
2	2	1					Para os estabelecimentos referidos da classificação 2.1.1 a 2.1.7	500,00
2	2	2					Para os estabelecimentos referidos da classificação 2.1.8	200,00
2	2	3					Para os estabelecimentos referidos da classificação 2.1.9 a 2.1.14	400,00
2	2	4					Para os estabelecimentos referidos da classificação 2.1.15 a 2.1.16	300,00
Nota 1: A taxa de licenciamento é devida, cumulativamente, por tantas quantas forem as atividades do contribuinte, independente de constarem em um mesmo subitem, EXCETO UNIDADE HOSPITALAR. Em relação às TAXAS referentes à classificação dos itens 2.1.13, 2.1.14 e 2.1.15, o valor máximo a ser cobrado será de R\$ 6.000,00.								
Nota 2: Estabelecimentos com mais de um endereço, terá a cobrança da taxa para cada unidade inspecionada/vistoriada.								
Nota 3: Aos serviços terceirizados contratados por estabelecimentos serão cobradas as licenças sanitárias referentes às prestações dos serviços realizados.”;								

III - o item “4”:

“4					TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NA ÁREA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA	
4	1				REGISTRO DE CADASTRO DE PRODUTOR	
4	1	1			Granjas avícolas	
4	1	1	1		Até 10.000 aves	isento
4	1	1	2		Acima de 10.000 até 20.000 aves	65,00
4	1	1	3		Acima de 20.000 até 50.000 aves	108,00
4	1	1	4		Acima de 50.000 até 100.000 aves	213,00
4	1	1	5		Acima de 100.000 aves	388,00
4	1	2			Granjas suínolas	
4	1	2	1		Até 50 animais	isento
4	1	2	2		Acima de 50 até 300 animais	65,00
4	1	2	3		Acima de 300 até 500 animais	108,00
4	1	2	4		Acima de 500 até 1.000 animais	173,00
4	1	2	5		Acima de 1.000 animais	213,00
4	1	3			Animais aquáticos	
4	1	3	1		Até 5.000 animais	isento
4	1	3	2		Acima de 5.000 até 10.000 animais	55,00
4	1	3	3		Acima de 10.000 até 50.000 animais	80,00
4	1	3	4		Acima de 50.000 animais	165,00
4	1	4			Bovinos, bufalinos, caprinos, ovinos e equideos	
4	1	4	1		Até de 50 animais	isento
4	1	4	2		Acima de 50 até 100 animais	19,40
4	1	4	3		Acima de 100 até 500 animais	38,60
4	1	4	4		Acima de 500 até 1.000 animais	76,60
4	1	4	5		Acima de 1.000 até 3.000 animais	196,50
4	1	4	6		Acima de 3.000 animais	550,00
4	1	5			Licença de pessoas físicas ou jurídicas leiloeiras de animais	543,00
4	1	6			Licença para realização de eventos agropecuários (exposições, vaquejadas, feiras de animais e congêneres)	543,00
4	1	7			Cadastro de pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços zoofitossanitários	321,00
4	1	8			Cadastro de produtos zoofitossanitários	857,00

4	1	9		Cadastro anual de curtumes	1.090,00
4	1	10		Cadastro anual de salgadeiras	430,00
4	1	11		Cadastro anual de laboratórios de análise e pesquisa veterinária	271,00
4	1	12		Cadastro anual de indústria de produtos de uso veterinário	1.360,00
4	1	13		Inscrição e solicitação de manutenção de unidade de produção - UP e inscrição de unidade de consolidação - UC	30,00
4	1	14		Registro anual de revendedores de produtos zoofitossanitários	543,00
4	1	15		Cadastro anual de produtores ou comerciantes de vegetais	328,00
4	1	16		Cadastro e renovação anual de empresa certificadora	543,00
4	2			RENOVAÇÃO ANUAL DE CADASTRO E REGISTRO DE ESTABELECIMENTO QUE RECEBA, MANIPULE, TRANSFORME, ELABORE, PREPARE, CONSERVE, ACONDICIONE, EMBALE, MANTENHA EM DEPÓSITO OU ROTULE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	647,00
4	3			INSPEÇÃO DE ABATE DE ANIMAIS	
4	3	1		Abate de Bovinos e Bufalinos, por animal	0,36
4	3	2		Abate de Suínos, por animal	0,30
4	3	3		Abate de Aves, por mil aves	0,40
4	3	4		Abate de Coelhos, por animal	0,30
4	3	5		Abate de Rãs, por animal	0,08
4	3	6		Abate de Pescados, por tonelada	8,10
4	3	7		Abate de Ovinos e Caprinos, por animal	0,20
4	3	8		Abate de Eqüídeos, por animal	0,50
4	3	9		Abate de Avestruz, por animal	0,34
4	3	10		Abate de Animais Exóticos e Silvestres, por animal	0,50
4	4			INSPEÇÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE	
4	4	1		Leite Bovino e Bufalino, por cada 1.000 litros	1,15
4	4	2		Leite Caprino, por cada 1.000 litros	0,90
4	5			EMIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS ZOOFITOSSANITÁRIOS	54,00
4	6			EMIÇÃO DE FICHA SANITÁRIA DO PRODUTOR	10,00
4	7			INSPEÇÃO DE PRODUTOS PROCESSADOS CÁRNEOS E OVOS	
4	7	1		Ovos de galinha, por cada mil unidades	0,09”;

IV - o subitem “5.5”:

“5	5				FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS DO MEIO AMBIENTE (DE ACORDO COM O ANEXO VIII DA LEI FEDERAL Nº 6.938/81)	(Ver nota 4 ao final deste item)
Nota 4: Os valores da taxa constante do item 5.5 são correspondentes a 60% (sessenta por cento) dos valores da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, instituída pelo art. 17-B da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.”.						

Art. 3º - Os itens do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o subitem “2.4” do item “2”:

“2	4				Consulta tributária formal ao órgão competente:	
2	4	1			Para microempresa ou empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional	445,00
2	4	2			Para os demais contribuintes ou entidades de contribuintes	830,00”;

II - o item “4”:

“4					TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA	
4	1				LAUDOS DE INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS	
4	1	1			Inspeção prévia de estabelecimento	199,00
4	1	2			Inspeção final de estabelecimento	199,00
4	1	3			Laudo de inspeção vegetal (por lote/carga)	89,00
4	2				VACINAÇÃO	
4	2	1			Contra brucelose, por animal	1,50

4	3	2			Exame para doenças infecto-contagiosas, por animal	15,50
4	3	3			Exame laboratorial para Mormo	68,50
4	3	4			Exame laboratorial para Atrite Infecciosa Caprina e <i>Maedi-Visna</i>	16,40
4	3	5			Exame laboratorial de para Brucelose bovina, bubalina (técnica do Antígeno Acidificado Tamponado - AAT) e ovina (técnica de Imunodifusão em Gel de Agar - IDGA)	20,50
4	3	6			Exame laboratorial de para Brucelose bovina, bubalina (técnica do 2- mercaptoetanol- 2-ME)	34,20
4	3	7			Exame laboratorial para Peste Suína Clássica	30,00
4	4				EMISSION DE CERTIFICADOS	(Ver nota 1 no final deste item)
4	4	1			Emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA ou Documento de Transferência Animal - DTA, por animal das espécies bovina, bubalina, equina, asinina, muar ou ratita (avestruz, ema, Emu); por lote ou fração de 03 (três) animais caprinos, ovinos ou suínos; por lote ou fração de 300 (trezentas) aves; por lote ou fração de 1000 (mil) pintos; por lote ou fração de 1000 (mil) alevinos; por meia tonelada ou fração de peixe; por lote ou fração de milhão de náuplios, larva, pós-larva de camarão, ovos embrionários ou cistos; por 100 kg (100 quilos) ou fração de crustáceos, moluscos e anfíbios; por lote de 5.000 (cinco mil) ou fração de ovos férteis ou embrionários; por lote ou fração de 03 (três) colmeias ou 03 (três) abelhas rainha; por lote ou fração de 10 (dez) répteis, leporídeos, lagomorfos ou pequenos roedores; por lote ou fração de 03 (três) animais silvestres ou exóticos (Ver nota 1 no final deste item)	4,00
4	4	2			De Sanidade vegetal, por lote aferido ou transportado	87,50
4	4	3			Certificado Fitossanitário de Origem - CFO	165,00
4	4	4			Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC	108,00
4	4	5			Fornecimento de numeração oficial para emissão de CFO's (valor por número fornecido)	2,10
4	4	6			Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV	37,00

4	4	7			Permissão de Trânsito Interno de Vegetais - PTIV:	
4	4	7	1		Por veículo até 04 (quatro) toneladas	10,00
4	4	7	2		Por veículo acima de 04 (quatro) toneladas	20,00
4	4	8			Certificado de Vacinação Contra Brucelose - CVB, por animal	1,30
4	4	9			Certificado de Vacinação Contra Febre Aftosa - CVA, por animal	1,30
4	4	10			Certificado de Vacinação Contra Raiva - CVR, por animal	1,30
4	4	11			Certificado de Inspeção Sanitária - CIS, por produto e subproduto não comestível de origem animal, com fins industriais, por 100 (cem) kg	1,40
4	4	12			Certificado de Desinfecção de Veículos - CDV, por veículo	25,30
4	4	13			Fornecimento de Guia de Trânsito Animal - GTA para emissão por Veterinário habilitado (valor por bloco de 50 unidades ou série numérica)	80,50
4	5				Cursos e treinamentos de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO e Certificação Fitossanitária de Origem Consolidado - CFOC, por pessoa	272,00
Nota 1: Quanto à taxa prevista no item 4.4.1, fica facultado o desconto de 35% (trinta e cinco por cento) ao contribuinte que, espontaneamente, contribua ao Fundo de Apoio a Pecuária do Estado da Bahia - FUNDAP, tratando-se de trânsito de bovinos, bufalinos, ovinos, caprinos e suínos, ou ao Fundo de Amparo do Desenvolvimento e Defesa Sanitária Avícola do Estado da Bahia - FAEBA, tratando-se de trânsito de aves, na forma e valores fixados pelos respectivos fundos, mediante comprovação do correspondente pagamento às autoridades competentes.”;						

III - o item “5”:

“5					TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	(Ver notas 1, 2 e 3 ao final deste item)
5	1				Análise física funcional dos projetos de edificações de estabelecimentos	
5	1	1			Até 250m ²	900,00
5	1	2			De 251m ² a 5.000m ²	1.500,00
5	1	3			De 5.001m ² a 20.000m ²	2.000,00
5	1	4			A partir de 20.001m ² (acrescentar 10% do valor da taxa para cada fração de 5.000m ²)	2.428,00

5	2				Abertura e encerramento de livros	330,00
5	3				Alteração contratual	182,00
5	4				Assinatura e baixa de termo de responsabilidade técnica/alteração de razão social	330,00
5	5				Cadastro de estabelecimentos para comercialização de medicamentos retinóides	882,00
5	6				Emissão de segunda via de documentos	330,00
5	7				Vistorias de serviços para verificar a conformidade do projeto físico aprovado com o construído. (acrescentar neste, o valor correspondente à área em m² da análise física funcional dos projetos).	1.324,00
Nota 1: A análise física funcional dos projetos de edificações de estabelecimentos configura o momento de orientação e avaliação técnica que antecede o cadastramento, resultando na emissão de um laudo técnico de avaliação, pré-requisito para o cadastramento e o licenciamento dos referidos estabelecimentos;						
Nota 2: A taxa de vistoria contempla a realização de 01 (uma) inspeção sanitária e 01 (um) retorno ao estabelecimento para verificação de cumprimento de notificação, se necessário.						
Nota 3: Estabelecimentos com mais de um endereço, terão a cobrança da taxa para cada unidade vistoriada.”.						

Art. 4º - Fica acrescido o item “10” ao Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

“10					TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR	
10	1				PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - CDA	
10	1	1			Petição de regularização fundiária	16,20
10	1	2			Petição de reconhecimento de domínio	16,20
10	1	3			Certidão de requerimento ou processo	24,30
10	1	4			Certidão de título	40,00
10	1	5			Certidão por folha	24,30
10	1	6			Atestado de qualquer natureza	24,30
10	1	7			Cópia de microfilme, por folha	8,00
10	1	8			Desarquivamento de processo	40,30
10	1	9			Habilitação	80,50
10	1	10			Medição e demarcação (por metro linear)	0,11
10	1	11			Aviventação de rumos (por metro linear)	0,20

10	1	12			Carta de anuência	16,20”.
----	---	----	--	--	-------------------	---------

Art. 5º - Ficam revogados os dispositivos em contrário e, em especial, o item “1” da alínea “e” do inciso I do art. 5 da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto irá para a sanção de S.Ex^a o governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 21.926/2016, de procedência do Poder Executivo.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

Designo para relatar a matéria no âmbito das comissões a nobre deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.926/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005'.*

O projeto que ora passo a relatar tem por objeto a alteração da Lei nº 9.433/2005, que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes do Estado da Bahia.

As medidas propostas têm o intuito de adequar as disposições da referida Lei à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública, bem como à Súmula nº 257, de 28 de abril de 2010, do Tribunal de Contas da União, que possibilita a utilização da modalidade pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia.

Assim, é proposta a alteração do art. 55, fixando o mesmo limite (100%) do valor fixado pela União para definição das modalidades licitatórias, em situação idêntica, pela Administração Estadual; fica adotada também a exigência, para habilitação do licitante, da regularidade da situação trabalhista, bem como a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do deputado Luciano Ribeiro, propondo diversas alterações no projeto, a saber: 1. acréscimo de dispositivo na Lei 9.433/2005 para incluir, como critério de desempate na contratação de bens e serviços, os que sejam produzidos por empresas que tenham

reconhecida e atestada conduta no incentivo às políticas afirmativas de combate ao racismo e de melhorias sociais e ambientais; 2. obrigatoriedade de apresentação, pelo licitante, para realização de obras na modalidade tomada de preços ou de valor superior a esta, apólice de seguro no valor da proposta, tendo como beneficiário o ente público titular da licitação, para a hipótese de descumprimento do contrato e não realização da obra licitada.

Opino pela aceitação parcial da emenda. A previsão de novo critério de desempate nas licitações públicas constante na inclusão do inciso III no § 2º do art.3º, a fim de dar preferência às empresas que tenham reconhecida e atestada conduta no incentivo às políticas afirmativas de combate ao racismo e de melhorias sociais e ambientais, traduz a importância do caráter social imposto à norma.

A inserção da exigência de seguro no valor da proposta, nas licitações para a realização de obras, na modalidade Tomada de Preços, constante no acréscimo proposto, embora possa representar boa execução do contrato e segurança para a Administração Pública nas contratações de obras de engenharia, promove, em consequência, o encarecimento da contratação, comprometendo, portanto, o princípio da economicidade.

Vale destacar que a apresentação de apólice de seguro, na forma sugerida pela emenda, representa encargo financeiro direto para o particular, que o agregará ao valor das propostas, repassando o ônus para a Administração Pública. Destarte, além de comprometer a economicidade, o princípio da ampla competitividade também se fragiliza ante a limitação do universo de interessados, por resultar em aumento dos custos das empresas que pretendem participar de licitações públicas.

Ante o exposto, a presente emenda deve ser acolhida parcialmente, na forma da emenda de relator em anexo, no tocante à inclusão de garantir benefício às empresas que combatam o preconceito racial, social e exerçam atividades afirmativas.

Por fim, cabe-me, na condição de Relator, apresentar as seguintes emendas ao projeto:

Emenda de Relator nº 1: Altere-se a redação dos arts. 1º e 3º e acrescente-se o art. 4º ao Projeto de Lei nº 21.926/2016, da seguinte forma:

“Art. 1º - O art. 55, o inciso II do art. 98, o caput do art. 100, o parágrafo único do art. 108, o caput do art. 153, os incisos III e VII do art. 154 e o caput do art. 172, todos da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, passam a vigorar com as seguintes redações:

.....

“Art. 153 - O recebimento de material, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato ficarão a cargo de comissão de servidores permanentes do quadro da Administração.”

“Art. 154 -

.....

.....

III - dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

.....
VII - cumprir as diretrizes fixadas nesta Lei;

....."

“Art. 172 - Os órgãos setoriais supervisionarão a fiel execução dos convênios.”

“Art. 3º - Fica revogado o inciso XXII do art. 8º da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005.”

“Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Justificativa: A emenda proposta tem por objetivo modificar a redação dos arts. 1º e 3º e acrescentar o art. 4º ao Projeto de Lei nº 21.926/2016, visando à adequação normativa, tendo em vista a edição da Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, que modificou a estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual.

A Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, criou as Coordenações de Controle Interno, integrantes da estrutura básica das Secretarias de Estado, com a finalidade de desempenhar as funções de acompanhamento, controle e fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial; bem como, na Secretaria da Fazenda, a Coordenação de Qualidade do Gasto Público, a fim de executar programas e projetos de desenvolvimento, implantação e disseminação de práticas voltadas para a melhoria da gestão da qualidade do gasto público.

As Coordenações supramencionadas, conjuntamente com a atribuição da Secretaria da Administração voltada para o acompanhamento de contratos terceirizados celebrados pelas unidades do Poder Executivo Estadual, estruturam inovação legislativa da qual se depreende a transposição da estrutura prevista na Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005.

Ressalte-se, por oportuno, que a atuação do Comitê de Gestão do Gasto Público, criado pelo Decreto nº 14.202, de 09 de novembro de 2012, cumpre, em conjunto com a atuação da Secretaria da Fazenda e da Administração, o monitoramento, a avaliação e a promoção das ações necessárias à gestão do gasto público, mormente a partir da definição de mecanismos institucionais eficazes de coordenação para tanto.

Ademais, o momento fiscal impõe restrição econômica que obsta a criação de nova estrutura administrativa que implicaria, como consequência e em razão das atribuições destacadas e já definidas para estruturas já existentes, na duplicação de custos e despesas.

Emenda de Relator nº 2: Inclua-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 21.926/2016, o seguinte dispositivo, alterando-se a redação do caput do referido artigo para fazer referência à modificação ora proposta.

“Art. 3º -

§ 2º -

III - produzidos por empresas que tenham reconhecida e atestada conduta no incentivo às políticas afirmativas de combate ao racismo e de melhorias sociais e ambientais, na forma do regulamento.”

Justificativa: A emenda proposta tem por objetivo modificar a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 21.926/2016, visando garantir benefício às empresas que combatam o preconceito racial, social e exerçam atividades afirmativas.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2016.

Deputada Maria del Carmen

Relatora”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer da nobre deputada Maria del Carmen no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, sobre o projeto que ora estamos apreciando, gostaria aqui de render homenagens à relatora, deputada Maria del Carmen, que, com sensibilidade e senso público, acolheu parte da nossa emenda.

Lamento não ter acolhido toda a emenda, mas, confesso, estou satisfeito pelo acolhimento de parte dessa emenda na lei de licitações do Estado da Bahia que é realmente um avanço. Talvez essa inovação na lei de licitações aqui no Estado da Bahia, fruto da nossa emenda e com a concordância do Líder Zé Neto, a quem também rendo homenagens, assim como ao nosso Líder Sandro Régis e a toda nossa Bancada, no sentido de que incluir entre os critérios de desempate na licitação as práticas de ações das políticas afirmativas é na verdade um avanço enorme. Isso vai humanizar as licitações e, acima de tudo, fazer com que as empresas que pretendem contratar com o poder público procurem, além das suas finalidades, desenvolver

questões sociais e práticas de ações afirmativas das minorias, o que é de suma importância.

Por isso, eu quero encaminhar o voto “sim” da nossa Bancada, com parte da nossa emenda. A outra parte – que ainda não foi acatada, mas espero que por questões técnicas – se refere à implantação de um seguro para garantir que as obras públicas tenham efetividade, para que elas não fiquem paradas. Muitos discutem sobre esse seguro a ser ofertado pela empresa concorrente, dizem que encareceria a obra. Mas eu sempre defendo que a melhor contratação no serviço público não é a de menor preço, mas aquela que melhor atende aos interesses públicos.

Por isso, talvez, o custo desse seguro pudesse encarecer um pouco as obras. Mas, com certeza, tornaria o serviço público mais eficiente e mais seguro o recurso público. Por isso, eu encaminho o voto “sim” e, mais uma vez, parabeno e rendo a minha homenagem à relatora Maria del Carmen e ao Líder Zé Neto. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria apenas dizer ao deputado Luciano que as duas emendas que ele apresentou são boas para o projeto e agregam positivamente. Uma delas, a que objetiva que as obras tenham um seguro mais consistente do ponto de vista da administração, seria interessante. Mas havia um entrave legal por causa da 866, que já tinha um estabelecimento legal diferente desse que ele propôs, ficando inviável por conta meramente de critérios legais. Eu acho que podemos rever isso em nível nacional.

Sobre a outra questão, a de valorizarmos as políticas afirmativas, quero dizer ao deputado Luciano que nós fizemos todo o esforço para que o espírito da sua emenda fosse acatado. É isso que dá grandeza ao Parlamento e, em nossa parte, fica a alegria de entender que a vida pública sempre nos traz desafios. E, quando a gente consegue consenso, é bom para que possamos demonstrar à sociedade, com clareza, que nesta Casa há o bom-senso. Quero agradecer ao deputado Luciano e ao deputado Sandro Régis pela atuação nesse contexto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no Plenário, o Projeto de Lei nº 21.926/16, de procedência do Poder Executivo.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado à unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.926/2016

Altera a Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - O § 2º do art. 3º, art. 55, o inciso II do art. 98, o *caput* do art. 100, o parágrafo único do art. 108, o *caput* do art. 153, os incisos III e VII do art. 154 e o *caput* do art. 172, todos da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 3º** -

§ 2º -

III - produzidos por empresas que tenham reconhecida e atestada conduta no incentivo às políticas afirmativas de combate ao racismo e de melhorias sociais e ambientais, na forma do regulamento .”

“**Art. 55** - Para definição das modalidades licitatórias, serão observados os limites fixados por ato expedido pela Administração, os quais não excederão a 100% (cem por cento) do valor fixado para situação idêntica, e na área de sua competência, pela União.” (NR)

“**Art. 98** -

II - regularidade fiscal e trabalhista;

.....” (NR)

“**Art. 100** - A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

.....” (NR)

“**Art. 108** -

Parágrafo único - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.” (NR)”

“**Art. 153** - O recebimento de material, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato ficarão a cargo de comissão de servidores permanentes do quadro da Administração.” (NR)

“**Art. 154** -

III - dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

VII - cumprir as diretrizes fixadas nesta Lei;

.....” (NR)

“**Art. 172** - Os órgãos setoriais supervisionarão a fiel execução dos convênios.” (NR)

Art. 2º - O art. 100 da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

“**Art. 100** -

.....
V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943.”
(NR)

Art. 3º - Fica revogado o inciso XXII do art. 8º da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2016.

Maria del Carmen

Relatora

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Projeto irá para sanção da Sua Ex^a, o Governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo Projeto é o Projeto de Lei nº 22.011/16, que “altera a Lei 13.467 de 23 de dezembro de 2015, a Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e a Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e dá outras providências.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria, o deputado Aderbal Fulco Caldas, no âmbito das comissões pertinentes.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- (Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.011/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 13.467, de 23 de dezembro de 2015, a Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e a Lei nº 11.477, de 01 de julho de 2009, e dá outras providências.*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, propondo alterações nas diversas leis que versam sobre a estrutura e o funcionamento da BAHIAINVESTES - Empresa Baiana de Ativos S.A., adequando-a “às disposições da legislação federal sobre o tema, de modo a garantir a atuação da referida empresa em consonância com os princípios que balizam a Administração Pública”, segundo registra o Sr. Governador na mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa.

Entre outras modificações, referentes às atribuições e estruturação da BAHIAINVESTES, cuida o projeto de alterar a composição do Conselho de Administração da empresa, ampliando de 5 para 7 o quantitativo de membros, os quais passam, doravante, a ser eleitos pela Assembleia Geral, o mesmo ocorrendo no âmbito do Conselho Fiscal, enquanto os membros da Diretoria Executiva serão

eleitos pelo Conselho de Administração - registre-se que todas essas funções eram anteriormente preenchidas por indicação do Chefe do Poder Executivo.

Trata-se, enfim, de proposta destinada a dotar a BAHIAINVEST de melhores condições para uma atuação mais efetiva em relação às suas atribuições e melhor ajustada aos princípios da Administração Pública.

Projeto não recebeu emendas, e, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de dezembro de 2016.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, tendo em vista que o projeto tem seu trâmite açodado nesta Casa, verifica-se que – e a gente quer uma análise maior e que o governo se manifeste sobre isso – há uma evidência de que há uma pretensão de privatização da Embasa aqui na Bahia. Isso é o que está a parentar neste projeto. Então, para poder analisar melhor o projeto e o parecer do nobre relator, eu peço a V.Ex^a que nos conceda vista para poder apreciar o voto do relator.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro, o projeto está em urgência. Eu só posso conceder vistas se o Líder do Governo concordar, ou seja, só pode por acordo.

Eu consulto a Liderança do Governo se por acordo pode conceder vista ao deputado Luciano Ribeiro. Deputado Zé Neto diz que concorda que conceda vista. Então, por acordo, nós concedemos vista a V.Ex^a pelo prazo máximo de 48 horas.

Tendo em vista que não há mais nenhum projetos na ordem do dia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.